

Demonstrações Contábeis

31 de março de 2022





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	3
--	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES	13
2. AQUISIÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	13
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	13
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS	24
6. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES	26
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
8. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	27
9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	28
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD	31
11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	38
12. CARTEIRA DE CRÉDITO	39
13. OUTROS ATIVOS	45
14. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	46
15. INVESTIMENTOS	47
16. IMOBILIZADO DE USO	48
17. INTANGÍVEL	49
18. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	50
19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	51
20. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	52
21. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDAS ELEGÍVEIS A CAPITAL	52
22. OUTROS PASSIVOS	53
23. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	54
24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	55
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55
26. TRIBUTOS	57
27. PARTES RELACIONADAS	60
28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	61
29. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	62
30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	65
31. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG	76
32. OUTRAS INFORMAÇÕES	77
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	79



Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Votorantim S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais do Banco Votorantim S.A. ("Banco") em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Votorantim S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e do Banco Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os períodos de três meses findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os períodos de três meses findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Banco Votorantim S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2022.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Maria José De Mula Cury

Signed By: MARIA JOSE DE MULA CURY:10357176898

CPF: 10357176898

Signing Time: 10 de maio de 2022 | 19:45 BRT

 Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4



BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.777.908	2.892.037	3.811.886	2.935.119
Disponibilidades		100.478	235.301	134.456	278.383
Aplicações interfinanceiras de liquidez		3.677.430	2.656.736	3.677.430	2.656.736
Ativos financeiros		103.843.760	102.550.902	108.609.071	107.162.395
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8a	6.846.156	5.050.887	5.269.607	3.423.243
Títulos e valores mobiliários		32.375.521	33.628.761	33.782.216	35.897.868
Carteira de títulos e valores mobiliários	9a	33.338.593	34.616.765	34.747.040	36.885.872
(Provisões para redução ao valor recuperável)	9a	(963.072)	(988.004)	(964.824)	(988.004)
Instrumentos financeiros derivativos	10a	5.163.339	4.386.747	5.163.339	3.713.757
Relações interfinanceiras	11a	1.372.327	1.490.076	1.375.374	1.492.118
Carteira de crédito	12a	55.485.564	56.073.621	59.982.534	60.288.771
Operações de crédito		55.589.999	55.569.267	57.715.812	57.332.216
Outros créditos com características de concessão de crédito		4.893.173	5.437.360	7.924.871	8.452.836
Operações de arrendamento mercantil		-	-	47.678	48.739
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		(4.997.608)	(4.933.006)	(5.705.827)	(5.545.020)
Outros ativos financeiros	13a	2.600.853	1.920.810	3.036.001	2.346.638
Ativos não financeiros mantidos para venda	14	133.635	108.769	225.857	200.640
Ativos fiscais		6.860.271	6.996.647	8.093.078	8.125.519
Ativos tributários correntes	26a.1	406.455	447.097	468.255	499.250
Ativos fiscais diferidos	26a.2	6.453.816	6.549.550	7.624.823	7.626.269
Investimentos		3.975.035	3.911.807	218.310	110.447
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	15a	3.975.035	3.911.523	218.310	110.163
Outros investimentos	15e	-	284	-	284
Imobilizado de uso	16	100.827	81.092	101.126	81.408
Outras imobilizações de uso		415.693	390.080	425.197	399.581
(Depreciação acumulada)		(314.866)	(308.988)	(324.071)	(318.173)
Intangível		683.411	594.519	788.324	674.658
Ativos intangíveis	17a	1.418.092	1.280.807	1.558.510	1.391.171
(Amortização acumulada)	17a	(566.354)	(517.961)	(592.030)	(538.357)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	17a	(168.327)	(168.327)	(178.156)	(178.156)
Outros ativos	13a	909.714	939.310	790.440	875.317
TOTAL DO ATIVO		120.284.561	118.075.083	122.638.092	120.165.503

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Passivos financeiros		104.501.581	102.517.581	104.149.471	104.109.826
Depósitos	18a	22.802.119	25.002.756	21.876.996	24.046.720
Captações no mercado aberto	18c	19.354.193	18.010.986	18.143.533	16.820.593
Recursos de aceites e emissão de títulos	20	39.968.411	38.273.281	39.968.411	38.273.281
Relações interfinanceiras	11a	50.747	16.946	2.963.118	2.840.131
Obrigações por empréstimos e repasses	19a	5.288.345	5.102.555	5.288.345	5.102.555
Instrumentos financeiros derivativos	10a	4.259.012	2.439.455	4.259.012	2.365.339
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	21a	3.319.319	3.588.447	3.319.319	3.588.447
Outros passivos financeiros	22a	9.459.435	10.083.155	8.330.737	11.072.760
Passivos fiscais		776.730	893.272	866.240	1.122.621
Passivos tributários correntes	26b.1	150.490	230.910	239.316	459.590
Obrigações fiscais diferidas	26b.2	626.240	662.362	626.924	663.031
Provisões para contingências	29e	678.409	679.559	726.070	732.091
Outros passivos	22a	2.239.824	2.061.981	2.460.327	2.272.414
Patrimônio líquido		12.088.017	11.922.690	14.435.984	11.928.551
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		12.088.017	11.922.690	12.119.366	11.928.551
Capital social	25a	8.130.372	8.130.372	8.130.372	8.130.372
Reservas de capital	25b	372.120	372.120	372.120	372.120
Reservas de lucros		2.955.632	2.955.632	2.946.841	2.946.841
Outros resultados abrangentes	25g	377.748	464.566	451.728	479.218
Lucros acumulados		252.145	-	218.305	-
Participações de não controladores ⁽¹⁾	25h	-	-	2.316.618	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		120.284.561	118.075.083	122.638.092	120.165.503

⁽¹⁾ A partir de 2022, a posição das cotas de fundos de investimentos controlados detidas por terceiros passaram a ser apresentadas como componente do patrimônio líquido (Nota 3c).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.550.851	3.476.685	1.814.674	3.629.414
Operações de crédito	12b	1.995.539	1.921.436	2.343.010	2.067.381
Operações de arrendamento mercantil	12b	-	-	3.376	1.828
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9c	965.260	249.019	744.480	335.223
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	10g	(1.501.657)	922.193	(1.367.901)	840.945
Resultado de operações de câmbio	13c	(225.469)	193.255	(225.469)	193.255
Resultado das aplicações compulsórias	11d	35.393	3.999	35.393	3.999
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	12h.1	281.785	186.783	281.785	186.783
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		60.708	(2.010.440)	114.844	(2.003.454)
Operações de captação no mercado	18d	(464.292)	(1.627.920)	(410.156)	(1.620.934)
Operações de empréstimos e repasses	19d	700.141	(313.465)	700.141	(313.465)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	12h.1	(175.141)	(69.055)	(175.141)	(69.055)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.611.559	1.466.245	1.929.518	1.625.960
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(356.776)	(417.038)	(576.908)	(498.356)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	12f.1	(388.752)	(392.293)	(608.884)	(469.844)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	12f.1	7.044	(3.475)	7.044	(7.242)
(Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	9d	24.932	(21.270)	24.932	(21.270)
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(652.502)	(494.283)	(717.748)	(481.835)
Receitas de prestação de serviços	23a	81.598	61.890	356.778	349.384
Rendas de tarifas bancárias	23b	127.856	180.581	159.533	212.610
Despesas de pessoal	23c	(297.374)	(218.620)	(370.564)	(268.891)
Outras despesas administrativas	23d	(316.654)	(290.650)	(434.929)	(356.440)
Despesas tributárias	26c	(109.195)	(93.187)	(149.791)	(128.683)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	15a	64.479	89.327	(1.106)	(640)
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	29e.3	1.150	11.167	6.021	12.660
Outras receitas operacionais	23e	20.574	17.977	33.744	30.032
Outras despesas operacionais	23f	(224.936)	(252.768)	(317.434)	(331.867)
RESULTADO OPERACIONAL		602.281	554.924	634.862	645.769
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	24	4.514	5.231	8.467	(7.802)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		606.795	560.155	643.329	637.967
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26d.1	(134.854)	(159.092)	(130.589)	(223.018)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS		(50.305)	(46.525)	(66.616)	(59.812)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES ⁽¹⁾	25h	-	-	(58.328)	-
LUCRO LÍQUIDO		421.636	354.538	387.796	355.137
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS		421.636	354.538	446.124	355.137
Controladores		421.636	354.538	387.796	355.137
Não controladores ⁽¹⁾	25h	-	-	58.328	-
RESULTADO POR AÇÃO	25e				
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		127,78	107,45		
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)		3.299.670	3.299.670		

⁽¹⁾ A partir de 2022, a remuneração de cotas de fundos de investimentos controlados detidas por terceiros passaram a ser destacadas como resultado das participações de não controladores (Nota 3c).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		421.636	354.538	387.796	355.137
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores ⁽¹⁾		-	-	58.328	-
Lucro líquido total do período		421.636	354.538	446.124	355.137
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	25g	51.116	(126.156)	110.444	(127.155)
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		153.230	(201.027)	152.158	(202.026)
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado ⁽²⁾		(60.522)	(27.939)	(122)	(27.939)
Efeito fiscal		(41.592)	102.810	(41.592)	102.810
Hedge de fluxo de caixa	25g	(137.934)	219.049	(137.934)	219.049
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		(251.260)	403.162	(251.260)	403.162
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		471	(4.891)	471	(4.891)
Efeito fiscal		112.855	(179.222)	112.855	(179.222)
Total de outros resultados abrangentes no período		(86.818)	92.893	(27.490)	91.894
Resultado abrangente		334.818	447.431	418.634	447.031
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores		334.818	447.431	360.413	447.031
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores ⁽¹⁾		-	-	58.221	-

⁽¹⁾ A partir de 2022, são destacados no resultado abrangente do período o resultado das participações de não controladores (Nota 3c).

⁽²⁾ No consolidado, contempla o resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Banco Eventos	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado		Reserva legal	Outras reservas			
Saldos em 31.12.2020		8.130.372	372.120	257.043	1.837.281	149.353	-	10.746.169
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	92.893	-	92.893
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	354.538	354.538
Saldos em 31.03.2021		8.130.372	372.120	257.043	1.837.281	242.246	354.538	11.193.600
Mutações do período		-	-	-	-	92.893	354.538	447.431
Saldos em 31.12.2021		8.130.372	372.120	335.108	2.620.524	464.566	-	11.922.690
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	(86.818)	-	(86.818)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	421.636	421.636
Destinações:								
Juros sobre capital próprio	25d	-	-	-	-	-	(169.491)	(169.491)
Saldos em 31.03.2022		8.130.372	372.120	335.108	2.620.524	377.748	252.145	12.088.017
Mutações do período		-	-	-	-	(86.818)	252.145	165.327



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado Eventos	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Participações de não controladores ⁽¹⁾	Total
		Capital realizado		Reserva legal	Outras reservas				
Saldos em 31.12.2020		8.130.372	372.120	257.043	1.825.959	168.223	-	-	10.753.717
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	91.894	-	-	91.894
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	355.137	-	355.137
Saldos em 31.03.2021		8.130.372	372.120	257.043	1.825.959	260.117	355.137	-	11.200.748
Mutações do período		-	-	-	-	91.894	355.137	-	447.031
Saldos em 31.12.2021		8.130.372	372.120	335.108	2.611.733	479.218	-	-	11.928.551
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	(27.490)	-	-	(27.490)
Participação de não controladores	25h	-	-	-	-	-	-	2.258.290	2.258.290
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	387.796	58.328	446.124
Destinações:									
Juros sobre capital próprio	25d	-	-	-	-	-	(169.491)	-	(169.491)
Saldos em 31.03.2022⁽¹⁾		8.130.372	372.120	335.108	2.611.733	451.728	218.305	2.316.618	14.435.984
Mutações do período		-	-	-	-	(27.490)	218.305	2.316.618	2.507.433

⁽¹⁾ A partir de 2022, a posição das cotas de fundos de investimentos controlados detidas por terceiros passaram a ser apresentadas como componente do patrimônio líquido (Nota 3c).
O Lucro por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos e participações		606.795	560.155	643.329	637.967
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		344.834	456.644	638.781	685.829
Provisão / (reversão de provisão) para perdas associadas a carteira de crédito	12f.1	551.187	553.662	779.218	640.992
Provisão / (reversão de provisão) para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários		(24.932)	21.270	(24.932)	21.270
Outras provisões / (reversões de provisões) associadas ao risco de crédito	12f.1	(7.044)	3.475	(7.044)	7.242
Depreciações e amortizações	23d	46.361	32.287	59.961	38.797
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	15a	(64.479)	(89.327)	1.106	640
Variação cambial de investimentos no exterior	10g	265.308	(146.724)	265.308	(146.724)
Variação cambial de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	32e	(252.810)	150.180	(252.810)	150.180
(Lucro) / prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	24	(3.885)	(9.229)	(3.764)	(9.222)
Provisão / (reversão de provisão) para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	24	(995)	1.813	(8.704)	5.042
Despesas / (reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	29e.3	(1.150)	(11.167)	(6.021)	(12.660)
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		65.184	(41.345)	65.184	(41.345)
Juros apropriados de obrigações por dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	32e	87.343	72.795	87.343	72.795
Juros apropriados de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(307.488)	(93.225)	(307.488)	(93.225)
Despesas com ágio e imparidade de controladas	24	-	-	3.293	9.795
Outras (receitas) e despesas		(7.776)	11.835	(11.879)	41.908
Outros ajustes		10	344	10	344
Variações patrimoniais		(296.731)	(837.476)	(892.167)	(1.134.410)
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.795.269)	(1.599.642)	(1.846.364)	(1.598.522)
(Aumento) / redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		1.629.688	(480.524)	1.328.935	(476.825)
(Aumento) / redução em relações interfinanceiras		151.550	182.602	239.731	240.427
(Aumento) / redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil		17.969	(1.744.581)	(501.837)	(2.019.429)
(Aumento) / redução em outros ativos		(544.148)	(583.400)	(495.645)	(635.810)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		40.642	186.445	29.974	189.547
(Aumento) / redução de ativos não financeiros mantidos para venda		(19.986)	(3.531)	(12.749)	(37.985)
(Redução) / aumento em depósitos		(2.200.637)	(265.371)	(2.169.724)	(276.576)
(Redução) / aumento em captações no mercado aberto		1.343.207	4.676.846	1.322.940	4.645.612
(Redução) / aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		1.695.130	(1.830.155)	1.695.130	(1.830.155)
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses		185.790	(38.101)	185.790	(38.101)
(Redução) / aumento em outros passivos		(658.690)	743.302	(521.726)	800.152
(Redução) / aumento em passivos fiscais		(141.977)	(81.366)	(146.623)	(96.745)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.685)	(32.625)	(237.880)	(143.909)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		641.213	146.698	152.062	45.477
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento					
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(2.386.558)	(1.756.514)	(1.534.083)	(1.749.225)
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(1.435.685)	(590.634)	(1.435.685)	(590.634)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(25.937)	(4.807)	(25.940)	(4.807)
(Aquisição / reconhecimento) de intangíveis		(137.359)	(70.936)	(167.415)	(81.215)
(Aquisição / aumento) de investimentos em participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		(265.588)	-	(377.982)	-
Alienação / redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		3.406.901	1.905.355	3.178.044	1.913.503
Vencimento / juros recebidos de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		1.256.198	478.182	1.256.198	478.182
Alienação / redução de investimentos em participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		1.531	154.231	412	149.650
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		413.503	114.877	893.550	115.454
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento					
Dividendos / juros sobre o capital próprio pagos	32e	-	(44.200)	-	(44.200)
Liquidação de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	32e	(108.988)	(371.902)	(108.988)	(371.902)
Captação de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	32e	-	122.065	-	122.065
Outras variações em dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	32e	5.327	6.750	5.327	6.750
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(103.661)	(287.287)	(103.661)	(287.287)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		951.055	(25.712)	941.951	(126.356)
Início do período		2.892.037	5.457.830	2.935.119	4.808.466
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(65.184)	41.345	(65.184)	41.345
Fim do período	7	3.777.908	5.473.463	3.811.886	4.723.455
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa		951.055	(25.712)	941.951	(126.356)

(1) Valores líquidos de impostos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco				Consolidado			
		01.01 a 31.03.2022		01.01 a 31.03.2021		01.01 a 31.03.2022		01.01 a 31.03.2021	
Receitas/Despesas		1.364.109		3.278.332		1.725.061		3.660.506	
Receitas de intermediação financeira		1.550.851		3.476.685		1.814.674		3.629.414	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	23a / 23b	209.454		242.471		516.311		561.994	
Resultado de provisão para perdas	9d / 12f.1	(356.776)		(417.038)		(576.908)		(498.356)	
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	29e.3	1.150		11.167		6.021		12.660	
Outras receitas / (despesas)		(40.570)		(34.953)		(35.037)		(45.206)	
Despesas da intermediação financeira ⁽¹⁾		60.708		(2.010.440)		114.844		(2.003.454)	
Insumos adquiridos de terceiros		(423.672)		(433.091)		(608.271)		(559.041)	
Materiais, água, energia e gás	23d	(1.589)		(1.177)		(1.983)		(1.366)	
Serviços de terceiros	23d	(2.454)		(2.333)		(2.624)		(3.122)	
Comunicações	23d	(5.444)		(7.300)		(7.728)		(11.551)	
Processamento de dados	23d	(65.241)		(44.769)		(103.345)		(65.808)	
Transportes	23d	(1.594)		(1.156)		(1.669)		(1.210)	
Serviços de vigilância e segurança	23d	(224)		(326)		(321)		(384)	
Serviços técnicos especializados	23d	(111.741)		(116.413)		(142.342)		(129.207)	
Serviços do sistema financeiro	23d	(17.447)		(21.790)		(19.094)		(24.165)	
Propaganda e publicidade	23d	(15.877)		(5.639)		(42.365)		(10.980)	
Emolumentos judiciais e cartorários	23d	(15.403)		(16.491)		(15.698)		(16.710)	
Custos associados à produção – Parceiros comerciais	23f	(159.278)		(194.607)		(240.186)		(264.431)	
Outras	23d	(27.380)		(21.090)		(30.916)		(30.107)	
Valor adicionado bruto		1.001.145		834.801		1.231.634		1.098.011	
Despesas de amortização / depreciação	23d	(46.361)		(32.287)		(59.961)		(38.797)	
Despesas de amortização / depreciação		(45.001)		(32.287)		(58.601)		(38.797)	
Despesas de amortização - Créditos de carbono ⁽²⁾		(1.360)		-		(1.360)		-	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		954.784		802.514		1.171.673		1.059.214	
Valor adicionado recebido em transferência		64.479		89.327		(1.106)		(640)	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	15a	64.479		89.327		(1.106)		(640)	
Valor adicionado a distribuir		1.019.263	100,00%	891.841	100,00%	1.170.567	100,00%	1.058.574	100,00%
Valor adicionado distribuído		1.019.263	100,00%	891.841	100,00%	1.170.567	100,00%	1.058.574	100,00%
Pessoal		299.882	29,42%	220.416	24,71%	375.743	32,10%	273.038	25,79%
Salários, honorários e demandas trabalhistas		198.121		124.209		239.714		153.650	
Participação nos lucros e resultados		50.305		46.525		66.616		59.812	
Benefícios, treinamentos e outros	23c	35.326		34.026		48.717		39.841	
FGTS		16.117		15.641		20.683		19.720	
Outros encargos		13		15		13		15	
Impostos, taxas e contribuições		291.846	28,63%	297.008	33,30%	341.817	29,20%	407.366	38,48%
Federais		281.298		284.670		324.269		387.599	
Estaduais		24		103		24		103	
Municipais		10.524		12.235		17.524		19.664	
Remuneração de capitais de terceiros		5.899	0,58%	19.879	2,23%	6.883	0,59%	23.033	2,18%
Aluguéis	23d	5.899		19.879		6.883		23.033	
Remuneração de capitais próprios		421.636	41,37%	354.538	39,76%	446.124	38,11%	355.137	33,55%
Juros sobre capital próprio		169.491		-		169.491		-	
Participação de controladores nos lucros retidos		252.145		354.538		218.305		355.137	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-		-		58.328		-	

⁽¹⁾ Contempla variação cambial sobre captações no exterior.

⁽²⁾ É integrante das despesas decorrentes das práticas ESG. Informações adicionais estão descritas na nota explicativa 31.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (banco BV, Banco Votorantim, Banco, Instituição, Companhia, Conglomerado ou Consolidado) é uma companhia de capital fechado e sua matriz está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo – SP, Brasil. O Banco opera na forma de banco múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de investimento e de operações de câmbio, conectado com o ecossistema de *fintechs* e *startups* junto com outras entidades do conglomerado, incluindo o Banco BV S.A., nosso banco digital.

Por intermédio de suas controladas, o Conglomerado atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários, de corretagem de seguros, prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial, de participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado estão descritas na nota explicativa 3.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. AQUISIÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Aquisição de participação na Trademaster

Em julho de 2021, o Banco Central do Brasil autorizou o banco BV a adquirir participação societária na Trademaster Serviços e Participações S.A. (Trademaster). Os montantes envolvidos foram desembolsados mediante condições contratuais estabelecidas.

b) Aquisição de participação no Portal Solar

Em dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil autorizou o BV a aumentar o percentual de participação societária na Portal Solar S.A. com um investimento de R\$ 45 milhões. A operação foi liquidada em janeiro de 2022, por meio da aquisição da participação pelo Banco BV S.A. (controlada do Banco Votorantim S.A.). Adicionalmente, em fevereiro de 2022, a participação societária que já era detida por entidade integrante do Conglomerado Prudencial foi adquirida pelo Banco BV S.A., consolidando neste a participação na Portal Solar S.A.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Base de preparação

As Demonstrações Contábeis consolidadas contemplam as operações realizadas por suas empresas financeiras e não financeiras que compõem o Conglomerado e foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

b) Uso de julgamento

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os principais julgamentos e estimativas contábeis aplicados sobre ativos e passivos estão descritos na nota explicativa 5.

c) Apresentação das Demonstrações Contábeis consolidadas

Na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os resultados não realizados, líquidos dos efeitos tributários. O processo de consolidação não inclui os fundos de investimentos em participação com características de entidade de capital de risco.

As participações de não controladores em fundos qualificados como entidades estruturadas passaram a ser apresentadas, a partir de 2022, no patrimônio líquido dada a entrada em vigor da Instrução Normativa BCB nº 206/2021, em cumprimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.950/21. Esse ajuste foi realizado de modo prospectivo sendo que as referidas participações de não controladores eram reconhecidas até 2021 como passivos financeiros.

As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento incluindo a superveniência e/ou insuficiência de depreciação para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

d) Conversão de transações em moeda estrangeira

Os saldos contábeis da agência do banco BV no exterior foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na nota explicativa 4. A variação cambial das operações no país foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem. O resultado com variação cambial incidente sobre os investimentos no exterior, bem como os ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros designados à *hedge* estão apresentados no grupo de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos", com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais e outras oscilações objeto de *hedge* desses investimentos e desses instrumentos financeiros.

A partir do exercício de 2022, a Resolução CMN nº 4.924 em conjunto com a Resolução BCB nº 120/2021 estabelecem a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacen (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O Conglomerado não adotou tal opção tanto para o exercício de 2021 quanto o de 2022.

e) Convergência do padrão contábil do Banco Central às normas internacionais de contabilidade

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Contábeis são:

e.1) Resoluções do CMN que incorporaram totalmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.

Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).

Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).

Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2), Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1), Eventos subsequentes - CPC 24, e Resultado por ação - CPC 41.

Resolução CMN nº 4.924/2021 - Estrutura conceitual para Relatório Financeiro - CPC 00 (R2), Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1), Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23, Mensuração do valor justo - CPC 46 e Receita de contrato com cliente - CPC 47.

O Conglomerado aplicou, ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (DVA).

e.2) Resoluções do CMN que incorporaram parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

Resolução CMN nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).

Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1).

Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27.

Resolução CMN nº 4.747/2019 - Ativo não circulante mantido para venda - CPC 31.

Resolução CMN nº 4.817/2019 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - CPC 18 (R2) e Combinação de Negócios - CPC 15 (R1).

Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstrações consolidadas - CPC 36 (R3).

A Resolução CMN nº 4.818/2020 requer que as Demonstrações Contábeis consolidadas societárias de entidades registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, sejam divulgadas exclusivamente no padrão contábil internacional (IFRS), a partir de 01 de janeiro de 2022.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece a faculdade das instituições financeiras elaborarem e divulgarem Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as normas e instruções do Bacen, permitindo que sejam apresentadas em conformidade com o COSIF até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ou seja, até a entrada em vigor das novas políticas contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros. O banco BV adotará essa prerrogativa, continuando a divulgar Demonstrações Contábeis consolidadas em conformidade com o padrão COSIF.

e.3) Outras Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, que incorporam os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

- Resolução CMN nº 4.966/2021 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de remessa de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma, até 30 de junho de 2022.
- Resolução CMN nº 4.975/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, aprova a adoção do CPC 06 (R2) que dispõe sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituição financeira, seja na condição de arrendadora, quanto na de arrendatária.

e.4) Normativos do CPC, incorporados total ou parcialmente pelo CMN e/ou para adoção futura que podem gerar impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis na sua aplicação:

CPC 48 - Instrumentos financeiros:

A classificação de ativos financeiros é efetuada de acordo com a intenção da entidade sobre esses ativos, diferente do disposto no CPC 48, em que há a introdução do conceito de avaliação do modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais.

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 traz um novo modelo de perda de crédito esperada ao invés de um modelo de perda incorrida, a ser mensurada dependendo da classificação dos ativos financeiros em três estágios de acordo com as alterações no risco de crédito, além de utilização de informações de caráter prospectivo (*forward looking*), como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

No caso de descontinuidade de *hedge* de fluxo de caixa, o valor acumulado no patrimônio líquido é transferido imediatamente ao resultado do período, diferente do disposto no CPC 48, que prevê o diferimento deste item de acordo com o mesmo período de vencimento das operações que foram objeto de *hedge*. Para fins de *hedge accounting*, o IASB continua a trabalhar no projeto de contabilidade de macro *hedge* e, por este motivo, a norma correspondente ao tema (CPC 48) traz a opção expressa de manutenção dos mesmos requisitos apresentados pela norma antecessora, o CPC 38 - Instrumentos financeiros.

Os dispositivos mencionados, bem como demais diferenças existentes entre a regulamentação do Banco Central e as normas internacionais de contabilidade referentes a instrumentos financeiros foram endereçados pelo Banco Central com a emissão da Resolução CMN nº 4.966/2021, com início de vigência em 01 de janeiro de 2025. Os ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial serão lançados em contrapartida a lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido.

CPC 47 – Receita de contrato com cliente:

A remuneração a correspondentes no país referente à originação de operações de crédito é reconhecida como despesa na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.693/2013. Este procedimento difere do disposto no CPC 47, o qual estabelece que o reconhecimento dessa despesa seja feito de forma diferida pelo prazo da operação. Embora o CPC 47 tenha sido aprovado por meio da Resolução CMN nº 4.924/2021 a partir de 01 de janeiro de 2022, tal diferença permanece uma vez que foram mantidos os dispositivos da Circular Bacen nº 3.693/2013. Por outro lado a Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece procedimentos para a aplicação do método de juros efetivos, portanto, esse tema será pacificado até a vigência da referida Resolução, em 01 de janeiro de 2025.

CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto:

É aplicado o método de custo ou equivalência patrimonial, conforme regras, para investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto. Este procedimento, estabelecido nas normas em vigor do Bacen, difere do CPC 18 que prevê a possibilidade de adoção da mensuração ao valor justo por meio do resultado, em consonância com o CPC 48, para parcela da participação em investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto, qualificado como organização de capital de risco, independentemente desta exercer influência significativa sobre essa parcela da participação. A Resolução CMN nº 4.817/2019, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022, que incorpora conceitos do CPC 18, não faz menção específica sobre o tratamento de organização de capital de risco. Por outro lado, como o tratamento contábil desse tipo de investimento é endereçado no CPC 48, esse tema será pacificado até 01 de janeiro de 2025 com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Investimentos não consolidados devido a não adoção do CPC 18	Atividade	% de participação
Fundo de Invest. em Participações BV - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo de investimento em participações	100,00%
Fundo de Invest. em Participações BV Tech I - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo de investimento em participações	100,00%

O reconhecimento de despesa de amortização de ágios cujo fundamento econômico seja baseado na expectativa de resultados futuros (*goodwill*) identificados nas aquisições, difere do disposto no CPC 18, que não permite amortização de ágios desta natureza, sendo esse ativo intangível somente sujeito a testes periódicos de redução ao valor recuperável. A Resolução CMN nº 4.817/2019 manteve o procedimento contábil existente de amortização de ágio.

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 10 de maio de 2022.

f) Participações societárias em controladas e fundos de investimentos incluídos nas Demonstrações Contábeis consolidadas, segregadas por atividades:

	Atividade	% de Participação	
		31.03.2022	31.12.2021
Instituições financeiras – País			
Banco BV S.A.	Banco múltiplo	100,00%	100,00%
BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (antiga Votorantim Asset DTVM) ⁽¹⁾	Gestão de recursos de terceiros	100,00%	100,00%
Instituições do mercado segurador			
BV Corretora de Seguros S.A. (antiga Votorantim Corretora Seguros) ⁽²⁾	Corretora	100,00%	100,00%
Instituições não financeiras			
Promotiva S.A. (Promotiva)	Prestação de serviços	100,00%	100,00%
BV Investimentos Altern. e Gestão de Recursos S.A. (BVIA)	Administração de ativos	100,00%	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP)	Holding	100,00%	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Fundos de investimento consolidados ⁽⁴⁾			
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento (Expertise)	Fundo	100,00%	100,00%
Crédito Universitário III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Universitário) ⁽³⁾	Fundo	90,00%	90,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BV - Crédito de Veículos (FIDC BV) ^{(5) (6)}	Fundo	25,00%	25,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TM II (FIDC TM) ⁽⁵⁾	Fundo	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Votorantim BII BTS (BTS) ⁽⁷⁾	Fundo	62,70%	62,70%
Votorantim Securities Master Fundo de Investimento Imobiliário (Master) ⁽⁷⁾	Fundo	88,40%	88,40%
Fundo de Investimento Imobiliário Votorantim Patrimonial (Patrimonial) ⁽⁷⁾	Fundo	99,60%	99,60%
Controladas da BVIA			
Marques de Monte Santo Empreend. Imobiliário SPE Ltda. (Monte Santo)	SPE	100,00%	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (Parque Valença)	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da BVEP			
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. (IRE República) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (Senador Dantas) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreend. Imobiliário S.A. (Henri Dunant) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. (Arena XI) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. (D'oro XVIII) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (Vila Parque) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da Atenas			
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 1 ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 3 ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social da Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda (Votorantim Asset DTVM) para BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (BV DTVM).

⁽²⁾ Em 28 de dezembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social da Votorantim Corretora de Seguros S.A. (Votorantim Corretora Seguros) para BV Corretora de Seguros S.A. (BV Corretora de Seguros).

⁽³⁾ Para efeito de consolidação, contempla defasagem de até 2 meses no respectivo balancete.

⁽⁴⁾ O Fundo de Investimento Marítimo Renda Fixa (Marítimo), que passou a integrar os ativos do Conglomerado em junho de 2021, foi liquidado em julho de 2021.

⁽⁵⁾ Fundo de investimento constituído em maio de 2021.

⁽⁶⁾ Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, por meio de cotas subordinadas.

⁽⁷⁾ Fundo de investimento passou a integrar os ativos do Conglomerado em junho de 2021.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

As aplicações interfinanceiras de liquidez que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

Seguindo diretrizes do Banco Central do Brasil, o Conglomerado adota a variação de cotas como ajuste a valor justo para fundos com as seguintes características:

- Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente na liquidação ou encerramento do fundo;
- Fundos em que haja previsão de pagamento de dividendos (ou qualquer outra forma de distribuição de rendimentos), como forma de remuneração de seus cotistas no curso dos negócios do fundo.

As aplicações em cotas detidas pelo Conglomerado, de fundos de investimentos que apresentam essas características são de fundos de investimentos em participações (FIPs) e fundos de investimentos imobiliários (FIIs).

g) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: Os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

Hedge de fluxo de caixa: Na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor justo, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.

O banco BV realiza operações de *hedge* que incluem dispositivos de liquidação de direitos e obrigações contratuais atrelados ao risco de crédito próprio, de terceiros ou de partes relacionadas ao Banco que possam resultar, sob determinadas condições de ocorrência eventual, no vencimento antecipado do derivativo sem que qualquer valor seja devido ao Banco ou que o valor devido ao Banco possa ser liquidado com títulos de dívida de emissão do próprio banco BV, conforme previsão contratual.

h) Carteira de crédito - Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas prováveis associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50.000,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas prováveis associadas ao risco de crédito.

Os critérios para perdas prováveis também são aplicáveis para operações de crédito resultantes da consolidação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (nota explicativa 12e).

As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados em rubrica específica no grupo de operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço do Conglomerado. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço do Conglomerado.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, que não destinados ao próprio uso do Conglomerado, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento:

- São reconhecidos na data do seu recebimento pela instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas de vendas. Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obteve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo.
- O Conglomerado avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior ao valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Outras despesas".

j) Investimentos

Os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis da agência do Banco Votorantim no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Em cumprimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 os demais investimentos que registravam as participações em entidades que não são coligadas, controladas ou controladas em conjunto foram reclassificados para o grupo "Títulos e Valores Mobiliários".

k) Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas sobre o valor depreciável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando existir): veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (nota explicativa 15). O Conglomerado realiza inventário desses ativos e avalia o seu valor residual periodicamente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

l) Intangíveis e ágio

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* e licenças ou direitos de uso (nota explicativa 17a). A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras despesas administrativas – Amortização (nota explicativa 23d). A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são passíveis de amortização e são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável.

Os intangíveis incluem os ágios pagos na aquisição de investimentos, que correspondem ao valor que excede o valor patrimonial da investida, são amortizados com base na efetiva realização da expectativa de rentabilidade que fundamentou sua origem ou por outras formas de sua realização. Os saldos correspondentes à mais valia apurados na aquisição de empreendimentos imobiliários, quando atribuídos ao estoque de imóveis concluídos ou terrenos, são amortizados em função da realização (venda) dos ativos da investida que lhe deram origem.

Os ativos intangíveis também incluem os créditos de carbono que foram adquiridos com o propósito de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV. O CO₂ é um dos gases causadores do efeito estufa. O mecanismo de neutralização da emissão de CO₂ que foi adotado pelo Conglomerado inclui a efetiva declaração de utilização (aposentadoria), no menor tempo possível, dos créditos de carbono adquiridos. Não há previsão de destinação desses créditos para outra finalidade que não seja a compensação, como por exemplo, a sua negociação no mercado. Por esse motivo, como não houve exposição da instituição ao valor justo sobre os créditos adquiridos, estes foram reconhecidos pelo preço pago e formam um estoque de toneladas de CO₂, controlados pelo custo médio que, uma vez aposentados, é consumido (amortizado) com base no volume mensal de CO₂ produzido pelos veículos financiados.

Independente do momento da aquisição e aposentadoria dos créditos de carbono, o compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ dos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição, seguindo disposições descritas na nota explicativa 4r.

m) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por ação. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de suas ações. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que o Banco não mantém ações em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

Quando o número de ações ordinárias ou ações ordinárias potenciais totais diminuir como resultado de grupamento de ações, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para todos os períodos apresentados é ajustado, para fins de comparabilidade.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade e baixa

O Conglomerado avalia o valor recuperável de ativos não financeiros em periodicidades diferentes, de acordo com sua natureza. Se houver alguma indicação de desvalorização, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado, de acordo com a natureza do ativo.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos: A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável. Os testes de redução ao valor recuperável são realizados no mínimo anualmente.

Intangível: *Softwares* adquiridos, desenvolvidos internamente e licenças de uso - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente, para softwares em desenvolvimento e para softwares concluídos.

Bens não de uso próprio: Imóveis – provisão constituída com base em laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada.

Móveis – Para veículos a provisão para desvalorização é constituída mensalmente com base no prazo de permanência do BNDU (obsolescência do bem). Para os registros superiores a 720 dias é constituída provisão de 100% sobre o saldo contábil. Os inventários físicos são realizados anualmente nos pátios.

Máquinas e equipamentos – É constituída provisão para desvalorização com base no levantamento de laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada e a provisão total é constituída caso o bem esteja classificado em BNDU há mais de 720 dias.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Créditos de carbono: Como esses créditos adquiridos são utilizados exclusivamente para cumprir o compromisso de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV, ou seja a instituição não está exposta a variação de valor justo desse ativo no balanço, a eventual redução por longo período no valor justo desses créditos por condições de mercado não expõe a instituição a perdas por redução ao valor recuperável desse ativo.

Baixa de ativos: Uma vez que a provisão para redução ao valor recuperável – imparidade atingir 100% do custo do ativo e for constatada a inexistência de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuidade de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos, o ativo é baixado.

o) Benefícios a empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 4.877/2020. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

O Conglomerado possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na nota explicativa 28.

Os valores referentes a participação nos lucros e resultados (PLR), estabelecido pela Lei n.º 10.101/2000, são reconhecidos em "Outros passivos - Provisão para participação nos lucros e resultados" em contrapartida ao resultado, em "Participação nos lucros e resultados".

p) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

q) Tributos

Os tributos do Conglomerado, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas vigentes
Tributos sobre o lucro	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Banco Votorantim S.A. e Banco BV S.A. ⁽¹⁾	20%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Demais instituições financeiras e não financeiras ⁽¹⁾	de 9% a 15%

Demais tributos	
PIS / PASEP ⁽²⁾	de 0,65% a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽²⁾	de 3% a 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ⁽³⁾	de 2% a 5%

⁽¹⁾ O art. 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, elevou a alíquota da CSLL dos bancos de qualquer espécie, de 15% para 20%, com vigência a partir de 01 de março de 2020.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / PASEP é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

⁽³⁾ Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada Banco BV S.A (antiga BV Leasing S.A.).

r) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa 29).

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV - O compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. A Instituição estima mensalmente a quantidade de emissões desses gases que é produzida pelos veículos e provisiona o correspondente custo de aquisição dos créditos que são necessários para compensar tal emissão. A provisão é revertida no momento em que é apurada e reconhecida a amortização destes créditos.

Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

s) Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas, as quais requerem pagamentos definidos contratualmente, em decorrência do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, tais como aval, fiança, coobrigação, ou outra obrigação que represente garantia do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, são reconhecidos em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para o controle.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões sobre essas garantias prestadas, pertencentes ao período e não recebidas antecipadamente são contabilizadas mensalmente em "Outros ativos financeiros - Outros créditos e rendas a receber", em contrapartida a "Receitas de prestação de serviços - Rendas de garantias prestadas".

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em "Comissões por intermediação de operações a pagar", do grupamento "Outros passivos financeiros", apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Em linha aos requerimentos das Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 4.512/2016, a constituição de provisão para perdas na prestação de garantias financeiras a clientes leva em conta:

- O setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa; e
- A probabilidade do insucesso dos processos judiciais ou administrativos, que levem à saída de recursos necessários para liquidar a obrigação nas garantias financeiras prestadas em contingências passivas de terceiros.

Com a aplicação da Resolução CMN nº 4.512/2016, as provisões para perdas nas garantias financeiras prestadas estão apresentadas em "Outros passivos" (nota explicativa 22.a e 30.1.a.ii).

t) Outros ativos e passivos

Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Outros itens patrimoniais

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS

1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis consolidadas exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre eventos futuros que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica, em base continuada e com revisão periódica, julgamentos que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas as principais políticas contábeis adotadas que possuem elevado nível de julgamento e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

a) Provisão para perdas prováveis associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na nota explicativa 12.

b) Provisões para redução ao valor recuperável e baixa de títulos e valores mobiliários

A Administração aplica julgamentos para identificação e provisionamento de operações que tenham perdas em seu valor recuperável e considera as seguintes situações, não se limitando a elas, como indicativos:

- (i) Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;
- (ii) Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- (iii) Concessão de benefício ao emitente ou obrigado, por razões econômicas ou legais relacionadas com suas dificuldades financeiras, realizada pelo Banco ou suas empresas ligadas, que não seria considerada em condições normais;
- (iv) Processo de falência ou reorganização financeira pelo devedor torna-se provável;
- (v) Desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; dentre outras.

A aplicação geral da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários está descrita na nota explicativa 9d.

c) Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as Demonstrações Contábeis.

O detalhamento sobre a projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários está apresentado na nota explicativa 26.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis (níveis 2 e 3 da hierarquia do valor justo). Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas nas notas explicativas 4f e 4g.

e) Provisões para passivos contingentes – Fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 29.

f) Amortização e redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura

De acordo com as normas do Banco Central, o ágio contabilizado na investidora ou controladora, que tenha fundamento na previsão de resultados futuros da coligada ou controlada, deve ser amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram. Este tratamento também se aplica aos saldos correspondentes à mais valia apurados na aquisição de empreendimentos imobiliários, quando atribuídos ao estoque de imóveis concluídos ou terrenos, que são amortizados em função da realização (venda) dos ativos da investida que lhe deram origem, ou realizados em caso de redução ao valor recuperável dos ativos correspondentes. A estimativa dos prazos de geração de resultados futuros dos investimentos em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto para os quais tenha sido reconhecido ágio envolve julgamentos significativos por parte da Administração.

Adicionalmente, os ágios são testados periodicamente quanto ao seu valor recuperável, os quais também envolvem premissas e um grau considerável de julgamentos na estimativa dos fluxos de caixa futuros e nas taxas de desconto utilizadas para calcular o valor presente destes fluxos.

g) Redução ao valor recuperável do custo de investimentos em participações de controladas, coligadas e controladas em conjunto, de ativos intangíveis e de outros ativos

O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 4n.

h) Aplicação em fundos de investimentos em participação (FIPs)

As aplicações em cotas de fundos de investimento em participação qualificados como organização de capital de risco, independente de exercer influência significativa, são classificadas como títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo no patrimônio líquido.

A mensuração de valor justo desses ativos incorre em grau significativo de julgamento na adoção de premissas, conforme descrito na nota explicativa 4f.

2) Outras informações relevantes

a) Efeitos remanescentes decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis e impactos no Conglomerado

As medidas tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes e parceiros comerciais frente ao cenário desafiador, principalmente em 2020 e 2021, causado pela pandemia contribuíram diretamente para minimizar os efeitos da crise sobre as operações do Conglomerado, garantindo a manutenção de níveis adequados de liquidez, capital e demais posições de ativos e passivos da Instituição.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central adotaram, desde o início da pandemia em 2020, medidas para minimizar os efeitos da crise sobre a economia e garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. Dentre elas, a flexibilização dos critérios de caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gestão do risco de crédito e a concessão de empréstimos a instituições financeiras por meio de linha temporária especial de liquidez contribuem para amenizar os impactos decorrentes da pandemia.

Desse modo, os efeitos remanescentes da pandemia não produziram impactos relevantes nas premissas utilizadas para aplicação das estimativas contábeis e julgamentos realizados pela Administração neste período.

6. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o banco BV considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Organização.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Lucro líquido total	421.636	354.538	446.124	355.137
(-) Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(58.328)	-
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	421.636	354.538	387.796	355.137
(-) Eventos não recorrentes	-	(1.845)	-	(1.845)
Despesas relacionadas ao processo de abertura de capital do BV ⁽¹⁾	-	(1.845)	-	(1.845)
Lucro líquido recorrente	421.636	356.383	387.796	356.982

⁽¹⁾ Conforme Fato Relevante divulgado em 13 de abril de 2021, o processo de abertura de capital do BV foi cancelado em decorrência da conjuntura de mercado à época.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Disponibilidades	100.478	235.301	134.456	278.383
Disponibilidades em moeda nacional	1.221	685	31.728	37.297
Disponibilidades em moeda estrangeira	99.257	234.616	102.728	241.086
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	3.677.430	2.656.736	3.677.430	2.656.736
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	200.193	359.988	200.193	359.988
Aplicações em depósitos interfinanceiros	271.964	240.448	271.964	240.448
Aplicações em moedas estrangeiras	3.205.273	2.056.300	3.205.273	2.056.300
Total	3.777.908	2.892.037	3.811.886	2.935.119

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

8. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Aplicações no mercado aberto	4.916.402	3.758.149	4.916.711	3.170.496
Revendas a liquidar - Posição bancada	464.601	866.995	765.223	279.342
Letras do Tesouro Nacional	-	-	300.622	280
Notas do Tesouro Nacional	262.463	689.477	262.463	101.544
Títulos da Dívida Externa Brasileira	202.138	177.518	202.138	177.518
Revendas a liquidar - Posição financiada	3.969.738	2.306.239	3.669.425	2.306.239
Letras Financeiras do Tesouro	2.711.043	2.199.989	2.711.043	2.199.989
Letras do Tesouro Nacional	391.267	-	90.954	-
Notas do Tesouro Nacional	867.428	106.250	867.428	106.250
Revendas a liquidar - Posição vendida	482.063	584.915	482.063	584.915
Letras do Tesouro Nacional	164.506	-	164.506	-
Notas do Tesouro Nacional	317.557	584.915	317.557	584.915
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.929.754	1.292.738	352.896	252.747
Total	6.846.156	5.050.887	5.269.607	3.423.243
Ativo circulante	6.633.992	4.866.628	5.057.443	3.238.984
Ativo não circulante	212.164	184.259	212.164	184.259

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Rendas de aplicações no mercado aberto	141.358	46.912	130.697	43.221
Posição bancada	23.128	23.818	12.467	20.127
Posição financiada	104.036	8.934	104.036	8.934
Posição vendida	14.194	14.160	14.194	14.160
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	42.388	45.339	5.520	45.327
Total ⁽²⁾	183.746	92.251	136.217	88.548

⁽¹⁾ Inclui os efeitos de variação cambial dos ativos correspondentes.

⁽²⁾ Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 9c).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Banco	31.03.2022								31.12.2021		
	Valor justo					Total			Total		
	Vencimento em dias	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor justo
1 – Títulos para negociação	-	261.082	1.927.352	1.258.728	564.633	4.013.107	4.011.795	(1.312)	4.856.712	4.849.307	(7.405)
Títulos públicos	-	261.082	1.927.352	1.258.728	323.943	3.766.870	3.771.105	4.235	4.253.883	4.252.949	(934)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	435.487	52.057	-	487.542	487.544	2	35.700	35.703	3
Letras do Tesouro Nacional	-	261.082	1.009.144	930.962	-	2.201.220	2.201.188	(32)	2.898.559	2.899.653	1.094
Notas do Tesouro Nacional	-	-	482.721	275.709	323.943	1.078.108	1.082.373	4.265	1.319.624	1.317.593	(2.031)
Títulos privados	-	-	-	-	240.690	246.237	240.690	(5.547)	602.829	596.358	(6.471)
Debêntures	-	-	-	-	240.690	246.237	240.690	(5.547)	514.096	509.526	(4.570)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	88.733	86.832	(1.901)
2 – Títulos disponíveis para venda	135.082	553.006	2.080.340	8.371.485	2.940.732	13.781.027	14.080.645	299.618	14.777.971	14.983.348	205.377
Títulos públicos	-	279.877	1.496.316	6.078.691	234.357	8.194.732	8.089.241	(105.491)	9.453.650	9.391.869	(61.781)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	138.289	1.525.809	-	1.663.798	1.664.098	300	4.314.787	4.312.175	(2.612)
Letras do Tesouro Nacional	-	279.877	485.665	737.089	-	1.546.651	1.502.631	(44.020)	1.570.809	1.528.712	(42.097)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	437.182	1.771.172	148.450	2.435.072	2.356.804	(78.268)	1.346.010	1.283.297	(62.713)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	435.180	1.000.931	85.907	1.527.926	1.522.018	(5.908)	1.717.559	1.751.021	33.462
Notas do governo de outros países	-	-	-	1.043.690	-	1.021.285	1.043.690	22.405	504.485	516.664	12.179
Títulos privados	135.082	273.129	584.024	2.292.794	2.706.375	5.586.295	5.991.404	405.109	5.324.321	5.591.479	267.158
Debêntures ⁽¹⁾	-	3.519	35.435	1.340.786	385.765	1.758.932	1.765.505	6.573	1.503.944	1.496.983	(6.961)
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	6.584	52.296	14.690	-	73.745	73.570	(175)	73.677	73.408	(269)
Ações ⁽³⁾	1.218	-	-	-	-	1.218	1.218	-	936	936	-
Cotas de fundos de investimentos ⁽⁴⁾	133.864	-	64.124	81.988	2.114.287	1.905.603	2.394.263	488.660	1.767.791	2.150.389	382.598
Cédulas de Produto Rural - Commodities ⁽⁵⁾	-	118.089	71.741	171.818	-	334.726	361.648	26.922	431.184	432.829	1.645
Eurobonds	-	-	-	-	1	23	1	(22)	27	1	(26)
Floating Rate Notes	-	137.230	360.312	369.983	-	872.960	867.525	(5.435)	769.840	772.684	2.844
Certificado de Recebíveis Imobiliários ⁽⁶⁾	-	7.707	116	288.768	206.322	613.866	502.913	(110.953)	752.410	639.859	(112.551)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	24.761	-	25.222	24.761	(461)	24.512	24.390	(122)
3 – Títulos mantidos até o vencimento	-	1.077.525	2.729.334	9.034.590	725.261	14.283.081	13.566.710	(716.371)	13.796.106	13.115.352	(680.754)
Títulos públicos	-	1.077.525	2.729.334	9.034.590	725.261	14.283.081	13.566.710	(716.371)	13.796.106	13.115.352	(680.754)
Letras do Tesouro Nacional	-	1.077.525	631.561	2.481.809	-	4.401.381	4.190.895	(210.486)	5.348.854	5.134.760	(214.094)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	1.613.758	6.552.781	725.261	9.359.635	8.891.800	(467.835)	7.933.136	7.499.074	(434.062)
Notas do governo de outros países	-	-	484.015	-	-	522.065	484.015	(38.050)	514.116	481.518	(32.598)
Total (1 + 2 + 3)	135.082	1.891.613	6.737.026	18.664.803	4.230.626	32.077.215	31.659.150	(418.065)	33.430.789	32.948.007	(482.782)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	31.03.2022									31.12.2021		
	Valor justo					Total				Total		
	Vencimento em dias	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação		-	261.082	2.211.214	1.344.641	565.662	4.383.905	4.382.599	(1.306)	6.328.083	6.396.879	68.796
Títulos públicos		-	261.082	2.200.423	1.344.641	324.972	4.126.877	4.131.118	4.241	5.714.977	5.790.244	75.267
Letras Financeiras do Tesouro		-	-	708.558	137.970	1.029	847.549	847.557	8	515.617	515.433	(184)
Letras do Tesouro Nacional		-	261.082	1.009.144	930.962	-	2.201.220	2.201.188	(32)	2.898.559	2.899.653	1.094
Notas do Tesouro Nacional		-	-	482.721	275.709	323.943	1.078.108	1.082.373	4.265	2.300.801	2.375.158	74.357
Títulos privados		-	-	10.791	-	240.690	257.028	251.481	(5.547)	613.106	606.635	(6.471)
Debêntures		-	-	10.791	-	240.690	257.028	251.481	(5.547)	524.373	519.803	(4.570)
Certificado de Recebíveis Imobiliários		-	-	-	-	-	-	-	-	88.733	86.832	(1.901)
2 – Títulos disponíveis para venda		1.885.558	553.006	2.080.340	8.805.669	1.791.963	14.816.337	15.116.536	300.199	15.496.002	15.704.883	208.881
Títulos públicos		-	279.877	1.496.316	6.480.173	234.357	8.605.783	8.490.723	(115.060)	9.870.381	9.802.801	(67.580)
Letras Financeiras do Tesouro		-	-	138.289	1.683.121	-	1.821.062	1.821.410	348	4.471.442	4.468.592	(2.850)
Letras do Tesouro Nacional		-	279.877	485.665	737.089	-	1.546.651	1.502.631	(44.020)	1.570.809	1.528.712	(42.097)
Notas do Tesouro Nacional		-	-	437.182	2.015.342	148.450	2.688.859	2.600.974	(87.885)	1.606.086	1.537.812	(68.274)
Títulos da Dívida Externa Brasileira		-	-	435.180	1.000.931	85.907	1.527.926	1.522.018	(5.908)	1.717.559	1.751.021	33.462
Notas do governo de outros países		-	-	-	1.043.690	-	1.021.285	1.043.690	22.405	504.485	516.664	12.179
Títulos privados		1.885.558	273.129	584.024	2.325.496	1.557.606	6.210.554	6.625.813	415.259	5.625.621	5.902.082	276.461
Debêntures ⁽¹⁾		-	3.519	35.435	1.340.786	385.765	1.758.932	1.765.505	6.573	1.503.944	1.496.983	(6.961)
Notas Promissórias ⁽²⁾		-	6.584	52.296	14.690	-	73.745	73.570	(175)	73.677	73.408	(269)
Ações ⁽³⁾		1.218	-	-	-	-	1.218	1.218	-	936	936	-
Cotas de fundos de investimentos ⁽⁴⁾		1.884.340	-	64.124	96.512	929.211	2.465.876	2.974.187	508.311	2.007.524	2.408.399	400.875
Cédulas de Produto Rural - <i>Commodities</i> ⁽⁵⁾		-	118.089	71.741	171.818	-	334.726	361.648	26.922	431.184	432.829	1.645
Eurobonds		-	-	-	-	1	23	1	(22)	27	1	(26)
Floating Rate Notes		-	137.230	360.312	369.983	-	872.960	867.525	(5.435)	769.840	772.684	2.844
Certificado de Recebíveis Imobiliários ⁽⁶⁾		-	7.707	116	306.946	242.629	677.852	557.398	(120.454)	813.977	692.452	(121.525)
Certificado de Recebíveis Agronegócio		-	-	-	24.761	-	25.222	24.761	(461)	24.512	24.390	(122)
3 – Títulos mantidos até o vencimento		-	1.077.525	2.729.334	9.034.590	725.261	14.283.081	13.566.710	(716.371)	13.796.106	13.115.352	(680.754)
Títulos públicos		-	1.077.525	2.729.334	9.034.590	725.261	14.283.081	13.566.710	(716.371)	13.796.106	13.115.352	(680.754)
Letras do Tesouro Nacional		-	1.077.525	631.561	2.481.809	-	4.401.381	4.190.895	(210.486)	5.348.854	5.134.760	(214.094)
Notas do Tesouro Nacional		-	-	1.613.758	6.552.781	725.261	9.359.635	8.891.800	(467.835)	7.933.136	7.499.074	(434.062)
Notas do governo de outros países		-	-	484.015	-	-	522.065	484.015	(38.050)	514.116	481.518	(32.598)
Total (1 + 2 + 3)		1.885.558	1.891.613	7.020.888	19.184.900	3.082.886	33.483.323	33.065.845	(417.478)	35.620.191	35.217.114	(403.077)

O valor justo contempla o ajuste prudencial de *spread* de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.277/2013.

Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" são contabilizados nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação do quadro acima, estas operações são apresentadas ao valor justo.

- (1) O valor de custo das Debêntures inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 817.224 (R\$ 847.120 em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.
- (2) O valor de custo das Notas Promissórias inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 26.126 (R\$ 26.126 em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.
- (3) O valor de custo das Ações inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 3.220 no Banco e R\$ 4.972 no Consolidado (R\$ 3.225 no Banco e Consolidado em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.
- (4) O valor de custo das Cotas de fundos de investimentos considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 90.427 (R\$ 85.458 em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários. Inclui efeito de ajuste a valor justo de fundos de participações (FIP) e fundos de investimentos imobiliários (FII) que não são consolidados.
- (5) O valor de custo das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 25.314 (R\$ 25.314 em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.
- (6) O valor de custo dos Certificados de Recebíveis Imobiliários considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 761 (R\$ 761 em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

b) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.03.2022		31.12.2021	
Banco				
1 – Título para negociação	4.011.795	12%	4.849.307	14%
2 – Títulos disponíveis para venda	14.080.645	44%	14.983.348	45%
3 – Títulos mantidos até o vencimento	14.283.081	44%	13.796.106	41%
Valor contábil da carteira	32.375.521	100%	33.628.761	100%
Marcação a mercado da categoria três	(716.371)		(680.754)	
Valor justo da carteira	31.659.150		32.948.007	
Consolidado				
1 – Título para negociação	4.382.599	13%	6.396.879	18%
2 – Títulos disponíveis para venda	15.116.536	45%	15.704.883	44%
3 – Títulos mantidos até o vencimento	14.283.081	42%	13.796.106	38%
Valor contábil da carteira	33.782.216	100%	35.897.868	100%
Marcação a mercado da categoria três	(716.371)		(680.754)	
Valor justo da carteira	33.065.845		35.217.114	

Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, o banco BV declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 14.283.081 no Banco e Consolidado (R\$ 13.796.106 no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021), representando 44% do total de títulos e valores mobiliários no Banco e 42% no Consolidado (41% no Banco e 38% no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 8b)	183.746	92.251	136.217	88.548
Títulos de renda fixa	609.097	100.203	507.764	192.108
Títulos no exterior ⁽¹⁾	26.061	39.940	26.061	39.940
Títulos de renda variável	(1.087)	1.638	(1.378)	1.638
Aplicações em fundos de investimentos ^{(1) (2)}	137.935	14.909	66.308	12.911
Aplicações em moeda estrangeira ⁽¹⁾	9.508	78	9.508	78
Total	965.260	249.019	744.480	335.223

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos.

⁽²⁾ Inclui efeitos decorrentes de transações com terceiros e com entidades do conglomerado, incluindo a realização de ganhos e distribuição de rendimentos via amortização de cotas de fundos de investimentos em participações (FIPs).

d) (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Ações	5	(2.341)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	95
Debêntures	29.896	(11.588)
Cotas de fundos de investimento	(4.969)	(8.127)
Cédulas de Produto Rural	-	691
Total	24.932	(21.270)

e) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

O Conglomerado se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e de análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de *swaps* registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	Banco						Consolidado					
	31.03.2022			31.12.2021			31.03.2022			31.12.2021		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de futuros												
Compromissos de compra	27.520.937	-	-	25.171.942	-	-	27.520.937	-	-	25.171.942	-	-
DI	17.013.208	-	-	16.772.346	-	-	17.013.208	-	-	16.772.346	-	-
Moedas	1.850.109	-	-	347.320	-	-	1.850.109	-	-	347.320	-	-
Índice	195.507	-	-	319.532	-	-	195.507	-	-	319.532	-	-
Cupom cambial	8.462.113	-	-	7.732.744	-	-	8.462.113	-	-	7.732.744	-	-
Compromissos de venda	50.410.068	-	-	63.957.208	-	-	50.410.068	-	-	63.957.208	-	-
DI	39.520.504	-	-	56.055.124	-	-	39.520.504	-	-	56.055.124	-	-
Moedas	5.277.532	-	-	2.863.884	-	-	5.277.532	-	-	2.863.884	-	-
Índice	545.476	-	-	183.881	-	-	545.476	-	-	183.881	-	-
Libor ⁽¹⁾	697.273	-	-	1.121.951	-	-	697.273	-	-	1.121.951	-	-
Cupom cambial	3.335.889	-	-	2.766.289	-	-	3.335.889	-	-	2.766.289	-	-
Outros	1.033.394	-	-	966.079	-	-	1.033.394	-	-	966.079	-	-
2 - Operações a termo												
Posição ativa	1.531.177	1.531.177	1.531.184	276.038	276.038	276.164	1.531.177	1.531.177	1.531.184	276.038	276.038	276.164
Termo de moeda	164.091	164.091	164.047	276.038	276.038	276.164	164.091	164.091	164.047	276.038	276.038	276.164
Termo de títulos públicos	1.367.086	1.367.086	1.367.137	-	-	-	1.367.086	1.367.086	1.367.137	-	-	-
Posição passiva	1.531.177	(1.531.177)	(1.527.711)	276.038	(276.038)	(273.166)	1.531.177	(1.531.177)	(1.527.711)	276.038	(276.038)	(273.166)
Termo de moeda	164.091	(164.091)	(160.501)	276.038	(276.038)	(273.166)	164.091	(164.091)	(160.501)	276.038	(276.038)	(273.166)
Termo de títulos públicos	1.367.086	(1.367.086)	(1.367.210)	-	-	-	1.367.086	(1.367.086)	(1.367.210)	-	-	-
3 - Contratos de opções ⁽²⁾												
De compra – Posição comprada	2.525.735	88.357	16.147	2.109.409	72.673	69.719	2.525.735	88.357	16.147	2.109.409	72.673	69.719
Moeda estrangeira	449.500	5.817	919	57.000	869	-	449.500	5.817	919	57.000	869	-
Opções Flexíveis	2.076.235	82.540	15.228	2.052.409	71.804	69.719	2.076.235	82.540	15.228	2.052.409	71.804	69.719
De venda – Posição comprada	1.248.221	33.978	98.284	4.041.296	93.507	98.365	1.248.221	33.978	98.284	1.517.500	40.413	21.357
Moeda estrangeira	1.130.250	33.497	96.322	1.502.500	40.406	21.356	1.130.250	33.497	96.322	1.502.500	40.406	21.356
Índice governo estrangeiro	117.971	481	1.962	-	-	-	117.971	481	1.962	-	-	-
Índice DI	-	-	-	15.000	7	1	-	-	-	15.000	7	1
Opções Flexíveis	-	-	-	2.523.796	53.094	77.008	-	-	-	-	-	-
De compra – Posição vendida	2.064.864	(56.997)	(7.725)	4.126.860	(108.308)	(62.918)	2.064.864	(56.997)	(7.725)	1.603.064	(55.327)	(37.861)
Moeda estrangeira	2.051.000	(53.813)	(6.451)	1.588.250	(52.082)	(34.252)	2.051.000	(53.813)	(6.451)	1.588.250	(52.082)	(34.252)
Opções Flexíveis	13.864	(3.184)	(1.274)	2.538.610	(56.226)	(28.666)	13.864	(3.184)	(1.274)	14.814	(3.245)	(3.609)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Por indexador	Banco						Consolidado					
	31.03.2022			31.12.2021			31.03.2022			31.12.2021		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
De venda – Posição vendida	1.948.539	(83.656)	(199.808)	2.413.935	(72.969)	(43.973)	1.948.539	(83.656)	(199.808)	2.413.935	(72.969)	(43.973)
Moeda estrangeira	25.250	(746)	(1.560)	619.500	(1.065)	(1.293)	25.250	(746)	(1.560)	619.500	(1.065)	(1.293)
Índice governo estrangeiro	117.971	(370)	(1.791)	-	-	-	117.971	(370)	(1.791)	-	-	-
Opções Flexíveis	1.805.318	(82.540)	(196.457)	1.789.185	(71.804)	(42.593)	1.805.318	(82.540)	(196.457)	1.789.185	(71.804)	(42.593)
Ações	-	-	-	5.250	(100)	(87)	-	-	-	5.250	(100)	(87)
4 - Contratos de swaps ^{(2) (3)}												
Posição ativa	25.346.405	2.273.338	3.293.777	26.990.692	2.819.751	3.760.166	25.346.405	2.273.338	3.293.777	26.510.501	2.389.387	3.271.778
DI	21.105.400	727.169	1.728.555	18.838.153	97.261	412.138	21.105.400	727.169	1.728.555	18.838.153	97.261	412.138
Moeda estrangeira	2.473.416	1.205.987	1.322.978	6.820.701	2.404.919	2.892.422	2.473.416	1.205.987	1.322.978	6.340.510	1.974.555	2.404.034
Pré-fixado	1.516.065	251.566	159.828	1.136.040	239.752	384.056	1.516.065	251.566	159.828	1.136.040	239.752	384.056
IPCA	173.477	41.419	38.486	117.742	37.204	33.610	173.477	41.419	38.486	117.742	37.204	33.610
IGP-M	78.000	45.590	43.065	78.000	40.174	37.581	78.000	45.590	43.065	78.000	40.174	37.581
Libor ⁽¹⁾	47	895	865	56	401	359	47	895	865	56	401	359
Selic	-	712	-	-	40	-	-	712	-	-	40	-
Posição passiva	10.379.729	(2.007.871)	(2.014.863)	7.462.371	(2.067.811)	(1.981.306)	10.379.729	(2.007.871)	(2.014.863)	7.433.274	(2.047.619)	(1.958.371)
DI	4.055.742	(40.910)	(218.396)	3.171.764	(10.038)	(62.645)	4.055.742	(40.910)	(218.396)	3.171.764	(10.038)	(62.645)
Moeda estrangeira	1.572.120	(790.109)	(699.081)	3.442.164	(1.550.611)	(1.305.322)	1.572.120	(790.109)	(699.081)	3.413.067	(1.530.419)	(1.282.387)
Pré-fixado	3.859.737	(1.036.507)	(958.760)	350.080	(414.889)	(548.180)	3.859.737	(1.036.507)	(958.760)	350.080	(414.889)	(548.180)
IPCA	529.988	(104.255)	(76.700)	106.709	(36.177)	(35.849)	529.988	(104.255)	(76.700)	106.709	(36.177)	(35.849)
IGP-M	96.719	(27.734)	(26.097)	96.719	(23.178)	(21.042)	96.719	(27.734)	(26.097)	96.719	(23.178)	(21.042)
Libor ⁽¹⁾	65.423	(8.356)	(35.435)	94.935	(32.918)	(8.179)	65.423	(8.356)	(35.435)	94.935	(32.918)	(8.179)
Selic	200.000	-	(394)	200.000	-	(89)	200.000	-	(394)	200.000	-	(89)
5 - Outros instrumentos financeiros derivativos												
Posição ativa	12.161.033	229.751	223.947	15.398.668	161.625	182.333	12.161.033	229.751	223.947	10.585.464	53.632	74.739
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽²⁾	12.161.033	229.751	223.947	15.398.668	161.625	182.333	12.161.033	229.751	223.947	10.585.464	53.632	74.739
Posição passiva	2.612.467	(695.709)	(508.905)	6.130.130	(180.059)	(78.092)	2.612.467	(695.709)	(508.905)	1.316.926	(120.050)	(51.968)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽²⁾	2.612.467	(695.709)	(508.905)	6.130.130	(180.059)	(78.092)	2.612.467	(695.709)	(508.905)	1.316.926	(120.050)	(51.968)
Total ativo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	70.333.508	4.156.601	5.163.339	73.988.045	3.423.594	4.386.747	70.333.508	4.156.601	5.163.339	66.170.854	2.832.143	3.713.757
Total passivo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	67.415.667	(4.375.410)	(4.259.012)	84.090.504	(2.705.185)	(2.439.455)	67.415.667	(4.375.410)	(4.259.012)	76.724.407	(2.572.003)	(2.365.339)

⁽¹⁾ Os contratos de futuros e swap indexados à Libor não sofreram impactos decorrentes da reforma das taxas de juros de referência.

⁽²⁾ O valor justo das operações de swap, opções e non deliverable forward - moeda estrangeira contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

⁽³⁾ A apresentação dos contratos de swap por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em dias	Banco						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2022	31.12.2021	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2022	31.12.2021
Contratos futuros	7.639.497	25.570.230	11.737.373	32.983.905	77.931.005	89.129.150	7.639.497	25.570.230	11.737.373	32.983.905	77.931.005	89.129.150
Contratos a termo	1.427.666	64.090	28.579	10.842	1.531.177	276.038	1.427.666	64.090	28.579	10.842	1.531.177	276.038
Contratos de opções	1.562.885	3.377.284	1.081.609	1.765.581	7.787.359	12.691.500	1.562.885	3.377.284	1.081.609	1.765.581	7.787.359	7.643.908
Contratos de swaps	1.136.618	1.854.458	6.309.930	26.425.128	35.726.134	34.453.063	1.136.618	1.854.458	6.309.930	26.425.128	35.726.134	33.943.775
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	2.152.197	10.825.303	1.369.029	426.971	14.773.500	21.528.798	2.152.197	10.825.303	1.369.029	426.971	14.773.500	11.902.390
Total	13.918.863	41.691.365	20.526.520	61.612.427	137.749.175	158.078.549	13.918.863	41.691.365	20.526.520	61.612.427	137.749.175	142.895.261

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial)

	31.03.2022						31.12.2021
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	Non Deliverable Forward	Total	
Banco							
Bolsa de valores	77.931.005	-	3.891.942	-	-	81.822.947	92.911.400
Balcão	-	1.531.177	3.895.417	35.726.134	14.773.500	55.926.228	65.167.149
Instituições do mercado financeiro	-	1.531.177	13.864	29.401.971	7.858.567	38.805.579	51.130.372
Clientes	-	-	3.881.553	6.324.163	6.914.933	17.120.649	14.036.777
Consolidado							
Bolsa de valores	77.931.005	-	3.891.942	-	-	81.822.947	92.911.400
Balcão	-	1.531.177	3.895.417	35.726.134	14.773.500	55.926.228	49.983.861
Instituições do mercado financeiro	-	1.531.177	13.864	29.401.971	7.858.567	38.805.579	35.947.084
Clientes	-	-	3.881.553	6.324.163	6.914.933	17.120.649	14.036.777

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Letras Financeiras do Tesouro	559.785	997.210	560.360	999.905
Letras do Tesouro Nacional	1.107.478	461.638	1.107.478	461.638
Cotas do fundo de investimento liquidez da câmara B3	37.595	36.621	53.340	51.959
Outros	25.994	49.886	25.994	49.886
Total	1.730.852	1.545.355	1.747.172	1.563.388

e) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco					
	31.03.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	1.520.291	10.893	1.531.184	258.451	17.713	276.164
Mercado de opções	82.536	31.895	114.431	130.103	37.981	168.084
Contratos de swaps	1.825.771	1.468.006	3.293.777	1.825.771	1.934.395	3.760.166
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	218.228	5.719	223.947	163.390	18.943	182.333
Total	3.646.826	1.516.513	5.163.339	2.377.715	2.009.032	4.386.747

Passivo						
Operações de termo	(1.516.745)	(10.966)	(1.527.711)	(255.453)	(17.713)	(273.166)
Mercado de opções	(136.639)	(70.894)	(207.533)	(65.597)	(41.294)	(106.891)
Contratos de swaps	(1.100.285)	(914.578)	(2.014.863)	(1.100.285)	(881.021)	(1.981.306)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(455.910)	(52.995)	(508.905)	(70.123)	(7.969)	(78.092)
Total	(3.209.579)	(1.049.433)	(4.259.012)	(1.491.458)	(947.997)	(2.439.455)

	Consolidado					
	31.03.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	1.520.291	10.893	1.531.184	258.451	17.713	276.164
Mercado de opções	82.536	31.895	114.431	53.095	37.981	91.076
Contratos de swaps	1.825.771	1.468.006	3.293.777	1.803.726	1.468.052	3.271.778
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	218.228	5.719	223.947	61.358	13.381	74.739
Total	3.646.826	1.516.513	5.163.339	2.176.630	1.537.127	3.713.757

Passivo						
Operações de termo	(1.516.745)	(10.966)	(1.527.711)	(255.453)	(17.713)	(273.166)
Mercado de opções	(136.639)	(70.894)	(207.533)	(40.540)	(41.294)	(81.834)
Contratos de swaps	(1.100.285)	(914.578)	(2.014.863)	(1.100.766)	(857.605)	(1.958.371)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(455.910)	(52.995)	(508.905)	(43.999)	(7.969)	(51.968)
Total	(3.209.579)	(1.049.433)	(4.259.012)	(1.440.758)	(924.581)	(2.365.339)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O Conglomerado utiliza relações de *hedge* dos tipos: *Hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.

Essas estratégias são realizadas nas seguintes categorias de riscos:

- Risco de taxas de juros; e
- Risco cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos no Comitê de ALM. O Conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se movam em sentidos opostos e nas mesmas proporções.

O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade são devido a descasamentos de prazos entre os instrumentos e objetos de *hedge*.

Para as operações de crédito os efeitos oriundos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável são excluídos do resultado de efetividade, dado que o risco de crédito não é objeto de *hedge*.

As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. O Conglomerado não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia das estratégias.

Hedge de risco de mercado (Hedge de valor justo)

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- *Hedge* de ativos financeiros com acordo de revenda (operações compromissadas) indexado com risco em taxa pré-fixada são protegidos com contratos de futuro DI;
- *Hedge* de operações de crédito com risco em taxa pré-fixada/variação cambial são protegidos com contratos futuros de DI e DDI.

Itens objeto de <i>hedge</i>	Rubrica do balanço	31.03.2022		
		Valor contábil do objeto de <i>hedge</i>	Ajuste ao valor justo do objeto de <i>hedge</i>	Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾
Banco e Consolidado		Ativos	Ativos	
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de operações compromissadas	Aplicações interfinanceiras de liquidez	101.319	5	10.111
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	17.869.130	(767.226)	298.445
Risco de variação cambial				
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	4.568	33	(992)
Total		17.975.017	(767.188)	307.564
31.12.2021				
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de operações compromissadas	Aplicações interfinanceiras de liquidez	402.746	(19)	8.439
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	16.736.078	(789.545)	(189.539)
Risco de variação cambial				
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	8.880	100	1.312
Total		17.147.704	(789.464)	(179.788)

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Para as estratégias de operações compromissadas e operações de crédito, o Conglomerado reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de *hedge*. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Instrumentos de <i>hedge</i>	31.03.2022		
	Valor referencial	Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
Banco e Consolidado	Passivos		
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	19.779.237	(313.892)	(5.336)
Risco de variação cambial			
Futuro DDI	4.966	1.001	9
Total	19.784.203	(312.891)	(5.327)
31.12.2021			
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	18.473.942	174.987	(6.113)
Risco de variação cambial			
Futuro DDI	8.892	(1.625)	(313)
Total	18.482.834	173.362	(6.426)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, não houve desmontes de operações e nenhum efeito no resultado foi produzido, pois a amortização de desmontes anteriores já havia sido concluída.

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de recebimentos futuros de títulos soberanos emitidos pela República Federativa do Brasil no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD), o Conglomerado negociou contratos de *swap* em mercado de balcão, registrados na B3.

Itens objeto de <i>hedge</i>	31.03.2022				
	Rubrica do balanço	Valor contábil / referencial		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa
		Ativos	Passivos		
Banco e Consolidado					
Risco de taxa de juros					
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	12.018.853	(254.942)	154.779
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	-	90.968	(3.683)	2.395
Risco de variação cambial					
<i>Hedge</i> de bônus perpétuos - Passivos subordinados	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	-	1.464.642	(495.041)	47.977
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	2.877.388	392.677	206.143
<i>Hedge</i> de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	85.907	-	655	(982)
Total		85.907	16.451.851	(360.334)	410.312
Banco e Consolidado	31.12.2021				
Risco de taxa de juros					
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	13.573.577	(262.256)	244.173
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	-	93.362	(3.172)	2.596
Risco de variação cambial					
<i>Hedge</i> de bônus perpétuos - Passivos subordinados	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	-	1.684.531	(792.965)	84.108
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	3.433.131	(186.465)	330.224
Total		-	18.784.601	(1.244.858)	661.101

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Instrumentos de <i>hedge</i>	31.03.2022				
	Valor contábil / referencial		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Variação no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em outros resultado abrangentes	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
	Ativos	Passivos			
Banco e Consolidado					
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	-	11.640.660	259.051	(89.594)	3.281
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ⁽³⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾	4.608.890	97.688	102.791	(161.195)	2.158
Total	4.608.890	11.738.348	361.842	(250.789)	5.439
Banco e Consolidado	31.12.2021				
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	-	13.187.458	265.693	277.270	3.913
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ⁽³⁾⁽⁴⁾	5.634.894	-	984.150	558.699	1.997
Total	5.634.894	13.187.458	1.249.843	835.969	5.910

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

⁽³⁾ O valor referencial do contrato de *swap* para o *hedge* de bônus perpétuos é de R\$ 970.620 em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

⁽⁴⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações com TVM no exterior é de R\$ 3.406.100 em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

⁽⁵⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de títulos da dívida externa brasileira é de R\$ 105.341 em 31 de março de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 não havia esse *hedge*).

A parcela efetiva é reconhecida no patrimônio líquido em Outros resultados abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

No trimestre findo em 31 de março de 2022, a marcação a mercado da parcela efetiva, no montante de R\$ (250.789) (R\$ 398.271 no trimestre findo em 31 de março de 2021), foi reconhecida no patrimônio líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ (471) (R\$ 4.891 no trimestre findo em 31 de março de 2021) foi reconhecida no resultado em "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

Os ganhos líquidos dos efeitos fiscais relativos ao *hedge* de fluxo de caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 149.955 (ganhos líquidos de R\$ 63.872 no trimestre findo em 31 de março de 2021).

Nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, não houve operações que deixaram de ser qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Contratos de swap	129.557	506.207	263.731	424.843
Contratos a termo	4.371	7.650	4.371	7.650
Contratos de opções	11.654	(202.726)	(102.935)	143.810
Contratos de futuros	(933.858)	653.100	(933.858)	653.100
Derivativos de crédito	-	(30)	-	(30)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de <i>hedge</i>	41.611	(677.444)	41.611	(677.444)
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	(489.684)	488.712	(375.513)	142.292
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	(265.308)	146.724	(265.308)	146.724
Total	(1.501.657)	922.193	(1.367.901)	840.945

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Ativo	1.372.327	1.490.076	1.375.374	1.492.118
Créditos vinculados (Nota 11b)	1.371.811	1.490.076	1.374.855	1.492.118
Pagamentos e recebimentos a liquidar (Nota 11c)	516	-	519	-
Passivo	50.747	16.946	2.963.118	2.840.131
Pagamentos e recebimentos a liquidar (Nota 11c)	50.747	16.946	2.963.118	2.840.131

b) Créditos vinculados

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Ativo				
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	1.371.811	1.490.076	1.374.855	1.492.118
Recursos a prazo	1.368.521	1.351.625	1.368.521	1.351.625
Operações de microfinanças	-	-	378	134
Pagamentos instantâneos	3.290	138.451	5.956	140.359
Total	1.371.811	1.490.076	1.374.855	1.492.118
Ativo circulante	1.371.811	1.490.076	1.374.855	1.492.118

c) Pagamentos e recebimentos a liquidar

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Ativo				
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	516	-	519	-
Cheques e outros papéis remetidos	182	-	185	-
Recebimentos de documentos enviados por outros participantes do sistema	334	-	334	-
Total	516	-	519	-
Ativo circulante	516	-	519	-
Passivo				
Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação	37.559	-	42.850	-
Cheques e outros papéis recebidos	37.559	-	42.850	-
Transações de pagamento	13.188	16.946	2.920.268	2.840.131
Cartões de crédito	13.188	16.946	2.920.268	2.840.131
Total	50.747	16.946	2.963.118	2.840.131
Passivo circulante	50.747	16.946	2.963.118	2.840.131

d) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	35.393	3.999
Exigibilidade sobre recursos a prazo	35.393	3.999
Total	35.393	3.999

12. CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Carteira por modalidade

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Operações de crédito	55.589.999	55.569.267	57.715.812	57.332.216
Empréstimos e títulos descontados	5.958.156	6.160.416	8.069.611	7.909.577
Financiamentos	42.501.563	41.110.430	43.799.309	42.680.041
Financiamentos rurais e agroindustriais	951.038	811.970	951.038	811.970
Financiamentos imobiliários	4.047	55.455	4.047	55.455
Operações de crédito vinculadas às cessões (Nota 12h.1) ⁽¹⁾	6.175.195	7.430.996	4.891.807	5.875.173
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.893.173	5.437.360	7.924.871	8.452.836
Operações com cartões de crédito	-	-	3.031.698	2.983.607
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados	815.157	819.305	815.157	819.305
Outros créditos vinculados a transações de pagamento ⁽²⁾	667.661	873.663	667.661	873.663
Títulos e créditos a receber	3.410.355	3.744.392	3.410.355	3.776.261
Carteira de arrendamento mercantil	-	-	47.678	48.739
Total da carteira de crédito	60.483.172	61.006.627	65.688.361	65.833.791
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(4.997.608)	(4.933.006)	(5.705.827)	(5.545.020)
(Operações de crédito)	(3.869.435)	(3.784.887)	(4.510.948)	(4.320.467)
(Outros créditos com características de concessão de crédito) ⁽³⁾	(1.128.173)	(1.148.119)	(1.194.511)	(1.224.334)
(Carteira de arrendamento mercantil)	-	-	(368)	(219)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	55.485.564	56.073.621	59.982.534	60.288.771
Ativo circulante	27.763.055	28.507.847	31.734.976	32.266.074
Ativo não circulante	27.722.509	27.565.774	28.247.558	28.022.697

⁽¹⁾ Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

⁽²⁾ Direitos creditórios sobre transações de pagamento adquiridos por cessão com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente.

⁽³⁾ Inclui provisão para perdas de operações em recuperação judicial homologada e provisão para perdas vinculadas a transações de pagamento.

b) Resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Operações de crédito	1.995.539	1.921.436	2.343.010	2.067.381
Empréstimos e títulos descontados	357.577	143.384	645.078	289.993
Financiamentos	1.602.559	1.760.239	1.663.018	1.760.239
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.347	7.435	10.347	7.435
Financiamentos imobiliários	1.446	61	1.446	61
Financiamentos em moedas estrangeiras	4.653	6.392	4.653	6.392
Outras	18.957	3.925	18.468	3.261
Arrendamento mercantil	-	-	3.376	1.828
Total ⁽¹⁾	1.995.539	1.921.436	2.346.386	2.069.209

⁽¹⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito do Banco, no trimestre findo em 31 de março de 2022 totalizariam R\$ 2.277.324 (R\$ 2.108.219 no trimestre findo em 31 de março de 2021) e no Consolidado, considerando também as operações de arrendamento, totalizariam R\$ 2.628.171 (R\$ 2.255.992 no trimestre findo em 31 de março de 2021).

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

Banco	31.03.2022	%	31.12.2021 ⁽¹⁾	%
Setor privado	60.483.172	100,00%	61.006.627	100,00%
Pessoa física ⁽²⁾	47.270.632	78,16%	47.164.742	77,31%
Pessoa jurídica	13.212.540	21,84%	13.841.885	22,69%
Açúcar e álcool	1.111.535	1,84%	740.410	1,21%
Agronegócio	1.370.727	2,27%	1.279.235	2,10%
Atividades específicas da construção	768.820	1,27%	825.447	1,35%
Automotivo	386.769	0,64%	770.896	1,26%
Comércio atacadista e indústrias diversas	2.129.572	3,52%	2.359.530	3,87%
Comércio varejista	956.919	1,58%	861.526	1,41%
Construção pesada	585.558	0,97%	619.977	1,02%
Cooperativas	1.072.014	1,77%	397.137	0,65%
Energia elétrica	259.716	0,43%	295.295	0,48%
Instituições e serviços financeiros	767.356	1,27%	961.156	1,58%
Madeireiro e moveleiro	5.869	0,01%	6.340	0,01%
Mineração e metalurgia	42.432	0,07%	58.083	0,10%
Papel e celulose	40.122	0,07%	64.954	0,11%
Pequenas e médias empresas ⁽³⁾	995.578	1,65%	1.092.025	1,79%
Químico	816.866	1,35%	808.108	1,32%
Serviços	1.293.428	2,14%	1.998.925	3,28%
Telecomunicações	36.145	0,06%	118.580	0,19%
Têxtil e confecções	150.437	0,25%	153.445	0,25%
Transportes	392.079	0,65%	412.544	0,68%
Demais atividades	30.598	0,03%	18.272	0,03%
Total da carteira de crédito ⁽⁴⁾	60.483.172	100,00%	61.006.627	100,00%
Consolidado	31.03.2022	%	31.12.2021 ⁽¹⁾	%
Setor privado	65.688.361	100,00%	65.833.791	100,00%
Pessoa física ⁽²⁾	52.225.751	79,51%	51.911.330	78,85%
Pessoa jurídica	13.462.610	20,49%	13.922.461	21,15%
Açúcar e álcool	1.111.535	1,69%	740.410	1,12%
Agronegócio	1.370.878	2,09%	1.279.415	1,94%
Atividades específicas da construção	774.775	1,18%	829.518	1,26%
Automotivo	394.444	0,60%	776.692	1,18%
Comércio atacadista e indústrias diversas	2.136.086	3,25%	2.362.379	3,59%
Comércio varejista	1.165.016	1,77%	872.411	1,33%
Construção pesada	585.558	0,89%	619.977	0,94%
Cooperativas	1.072.014	1,63%	896.112	1,36%
Energia elétrica	259.716	0,40%	295.295	0,45%
Instituições e serviços financeiros	767.356	1,17%	961.156	1,46%
Madeireiro e moveleiro	5.869	0,01%	6.340	0,01%
Mineração e metalurgia	48.142	0,07%	64.345	0,10%
Papel e celulose	40.122	0,06%	64.954	0,10%
Pequenas e médias empresas ⁽³⁾	995.578	1,52%	1.092.025	1,66%
Químico	817.394	1,24%	808.721	1,23%
Serviços	1.301.132	1,98%	1.541.344	2,34%
Telecomunicações	36.145	0,06%	118.580	0,18%
Têxtil e confecções	150.437	0,23%	153.445	0,23%
Transportes	399.783	0,61%	420.855	0,64%
Demais atividades	30.630	0,04%	18.487	0,03%
Total da carteira de crédito ⁽⁴⁾	65.688.361	100,00%	65.833.791	100,00%

⁽¹⁾ Em 31 de março de 2022, o critério de apresentação dos setores de atividades foi alterado e cada setor passou a ser apresentado não só pelo custo corrigido de forma geral, mas também pelo valor justo exclusivamente para as operações que são objeto de *hedge* de risco de mercado. Para efeitos de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2021 estão reapresentados.

⁽²⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

⁽³⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pequenas e médias empresas.

⁽⁴⁾ Inclui ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado no montante de R\$ (767.193) em 31 de março de 2022 (R\$ (789.445) em 31 de dezembro de 2021).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

Banco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2022	31.12.2021
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	3.170.807	28.255.879	10.303.915	8.521.111	1.416.747	873.699	84.725	1.435.396	292.230	54.354.509	55.702.097
01 a 30	1.807.920	1.915.520	418.375	331.181	54.627	50.151	7.379	14.037	19.736	4.618.926	4.116.724
31 a 60	368.023	1.874.932	446.225	348.995	69.200	40.988	3.087	11.019	11.444	3.173.913	3.131.187
61 a 90	123.193	1.423.692	367.867	306.611	53.238	39.150	2.982	9.828	10.777	2.337.338	3.290.993
91 a 180	283.066	3.674.254	1.145.179	876.189	148.711	117.845	8.687	137.931	30.077	6.421.939	6.943.784
181 a 360	169.578	5.600.920	1.874.790	1.558.527	257.125	200.085	16.099	53.951	51.814	9.782.889	10.025.631
Acima de 360	419.027	13.766.561	6.051.479	5.099.608	833.846	425.480	46.491	1.208.630	168.382	28.019.504	28.193.778
Parcelas vencidas	58	70.210	201.525	46.363	14.534	12.414	2.942	3.718	2.832	354.596	315.724
Até 14 dias	58	70.210	201.525	46.363	14.534	12.414	2.942	3.718	2.832	354.596	315.724
Subtotal	3.170.865	28.326.089	10.505.440	8.567.474	1.431.281	886.113	87.667	1.439.114	295.062	54.709.105	56.017.821
Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas	-	-	777.907	1.183.900	789.808	1.055.732	185.306	626.470	890.367	5.509.490	4.824.544
01 a 30	-	-	37.169	54.517	34.999	51.365	9.367	27.669	49.650	264.736	208.238
31 a 60	-	-	36.064	50.088	32.820	48.466	8.776	25.994	46.175	248.383	210.500
61 a 90	-	-	34.760	47.381	31.820	46.138	8.323	24.620	43.585	236.627	192.323
91 a 180	-	-	97.454	139.102	89.503	132.358	23.823	71.649	125.043	678.932	543.219
181 a 360	-	-	165.034	241.175	157.917	228.720	40.534	126.322	214.272	1.173.974	933.813
Acima de 360	-	-	407.426	651.637	442.749	548.685	94.483	350.216	411.642	2.906.838	2.736.451
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	40.968	97.596	81.092	134.579	44.429	120.260	512.846	1.031.770	953.707
01 a 14	-	-	224	19.900	13.358	20.175	4.168	11.872	21.421	91.118	78.834
15 a 30	-	-	40.744	33.046	21.015	30.975	4.856	15.039	26.559	172.234	155.781
31 a 60	-	-	-	44.650	26.100	45.652	9.560	28.060	52.102	206.124	182.563
61 a 90	-	-	-	-	20.619	23.961	7.725	21.253	45.503	119.061	110.136
91 a 180	-	-	-	-	-	13.816	18.120	44.036	138.824	214.796	194.142
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	228.437	228.437	232.251
Subtotal	-	-	818.875	1.281.496	870.900	1.190.311	229.735	746.730	1.403.213	6.541.260	5.778.251
Total	3.170.865	28.326.089	11.324.315	9.848.970	2.302.181	2.076.424	317.402	2.185.844	1.698.275	61.250.365	61.796.072
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾										(767.193)	(789.445)
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										60.483.172	61.006.627



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2022	31.12.2021
Operações em curso normal											
Parcelas vencidas	3.195.090	28.988.966	10.415.056	8.673.531	1.514.493	923.062	103.773	1.461.738	317.761	55.593.470	56.759.303
01 a 30	1.826.701	2.534.898	518.147	462.592	138.482	99.480	25.807	40.379	45.267	5.691.753	4.948.582
31 a 60	368.224	1.876.550	446.419	349.258	69.200	40.988	3.087	11.019	11.444	3.176.189	3.133.638
61 a 90	123.394	1.425.310	367.978	306.836	53.238	39.150	2.982	9.828	10.777	2.339.493	3.293.344
91 a 180	283.669	3.678.990	1.145.226	876.612	148.711	117.845	8.687	137.931	30.077	6.427.748	7.451.214
181 a 360	170.784	5.609.444	1.874.790	1.559.295	257.125	200.085	16.099	53.951	51.814	9.793.387	9.552.674
Acima de 360	422.318	13.863.774	6.062.496	5.118.938	847.737	425.514	47.111	1.208.630	168.382	28.164.900	28.379.851
Parcelas vencidas	58	2.435.853	431.513	310.490	123.980	45.198	8.307	15.486	15.419	3.386.304	3.299.331
Até 14 dias	58	2.435.853	431.513	310.490	123.980	45.198	8.307	15.486	15.419	3.386.304	3.299.331
Subtotal	3.195.148	31.424.819	10.846.569	8.984.021	1.638.473	968.260	112.080	1.477.224	333.180	58.979.774	60.058.634
Operações em curso anormal											
Parcelas vencidas	-	-	777.907	1.184.018	789.808	1.055.732	185.306	626.470	890.367	5.509.608	4.858.324
01 a 30	-	-	37.169	54.635	34.999	51.365	9.367	27.669	49.650	264.854	208.238
31 a 60	-	-	36.064	50.088	32.820	48.466	8.776	25.994	46.175	248.383	210.500
61 a 90	-	-	34.760	47.381	31.820	46.138	8.323	24.620	43.585	236.627	192.323
91 a 180	-	-	97.454	139.102	89.503	132.358	23.823	71.649	125.043	678.932	543.219
181 a 360	-	-	165.034	241.175	157.917	228.720	40.534	126.322	214.272	1.173.974	933.813
Acima de 360	-	-	407.426	651.637	442.749	548.685	94.483	350.216	411.642	2.906.838	2.770.231
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	84.785	188.664	186.738	237.745	132.345	243.528	892.367	1.966.172	1.706.278
01 a 14	-	-	17.676	45.300	41.421	43.964	25.305	28.587	95.628	297.881	242.347
15 a 30	-	-	67.109	36.980	25.113	34.616	6.068	16.803	28.158	214.847	242.812
31 a 60	-	-	-	106.384	31.875	49.991	11.665	36.591	56.366	292.872	248.350
61 a 90	-	-	-	-	88.329	28.648	9.141	28.762	54.011	208.891	184.719
91 a 180	-	-	-	-	-	80.526	80.166	132.785	148.296	441.773	331.689
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	509.908	509.908	456.361
Subtotal	-	-	862.692	1.372.682	976.546	1.293.477	317.651	869.998	1.782.734	7.475.780	6.564.602
Total	3.195.148	31.424.819	11.709.261	10.356.703	2.615.019	2.261.737	429.731	2.347.222	2.115.914	66.455.554	66.623.236
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾										(767.193)	(789.445)
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										65.688.361	65.833.791

⁽¹⁾ O Conglomerado não adota a contagem em dobro para as operações de crédito.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e) Constituição da provisão para perdas associadas a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de risco	% Provisão	31.03.2022				31.12.2021			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
Banco									
AA	0,00%	3.170.865	-		-	2.380.851	-	-	-
A	0,50%	28.326.089	(141.630)	-	(141.630)	29.160.102	(145.801)	-	(145.801)
B	1,00%	11.324.315	(113.243)	-	(113.243)	11.494.317	(114.943)	-	(114.943)
C	3,00%	9.848.970	(295.469)	-	(295.469)	10.492.861	(314.786)	-	(314.786)
D	10,00%	2.302.181	(230.218)	-	(230.218)	1.887.685	(188.769)	-	(188.769)
E	30,00%	2.076.424	(622.927)	-	(622.927)	2.256.872	(677.055)	-	(677.055)
F	50,00%	317.402	(158.701)	-	(158.701)	357.085	(178.542)	-	(178.542)
G	70,00%	2.185.844	(1.530.091)	(207.055)	(1.737.146)	2.206.038	(1.544.230)	(208.619)	(1.752.849)
H	100,00%	1.698.275	(1.698.275)	-	(1.698.275)	1.560.261	(1.560.261)	-	(1.560.261)
Total		61.250.365	(4.790.554)	(207.055)	(4.997.609)	61.796.072	(4.724.387)	(208.619)	(4.933.006)
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		(767.193)				(789.445)			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		60.483.172				61.006.627			
Consolidado									
AA	0,00%	3.195.148	-	-	-	2.403.068	-	-	-
A	0,50%	31.424.819	(157.123)	-	(157.123)	32.119.300	(160.596)	-	(160.596)
B	1,00%	11.709.261	(117.093)	-	(117.093)	11.855.999	(118.560)	-	(118.560)
C	3,00%	10.356.703	(310.700)	-	(310.700)	10.887.285	(326.620)	-	(326.620)
D	10,00%	2.615.019	(261.502)	-	(261.502)	2.212.853	(221.286)	-	(221.286)
E	30,00%	2.261.737	(678.521)	-	(678.521)	2.425.622	(727.687)	-	(727.687)
F	50,00%	429.731	(214.866)	-	(214.866)	476.973	(238.487)	-	(238.487)
G	70,00%	2.347.222	(1.643.054)	(207.055)	(1.850.109)	2.329.907	(1.630.936)	(208.619)	(1.839.555)
H	100,00%	2.115.914	(2.115.914)	-	(2.115.914)	1.912.229	(1.912.229)	-	(1.912.229)
Total		66.455.554	(5.498.773)	(207.055)	(5.705.828)	66.623.236	(5.336.401)	(208.619)	(5.545.020)
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		(767.193)				(789.445)			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		65.688.361				65.833.791			

⁽¹⁾ Provisões adicionais são constituídas, quando o agravamento de nível de risco não for aplicável.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
f.1) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito (Nota 12f.2)	(551.187)	(553.662)	(779.218)	(640.992)
Operações de crédito	(570.088)	(533.603)	(807.925)	(618.250)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	(149)	38
Outros créditos com características de concessão de crédito	18.901	(20.059)	28.856	(22.780)
Rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	162.435	161.369	170.334	171.148
Operações de crédito	162.335	161.369	169.970	169.041
Operações de arrendamento mercantil	-	-	264	2.107
Outros créditos com características de concessão de crédito	100	-	100	-
Total de (provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(388.752)	(392.293)	(608.884)	(469.844)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	7.044	(3.475)	7.044	(7.242)
Garantias financeiras prestadas	4.672	11.619	4.672	11.619
Outros riscos	2.372	(15.094)	2.372	(18.861)
Total de outras (provisões) / reversões de provisões associadas ao risco de crédito	7.044	(3.475)	7.044	(7.242)
Total	(381.708)	(395.768)	(601.840)	(477.086)

⁽¹⁾ As respectivas provisões estão apresentadas em Outros passivos - "Provisão para perda com garantias financeiras prestadas" e "Provisão para perda - Outros riscos" (Nota 22a).

f.2) Movimentação

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Saldo inicial	4.933.006	4.618.892	5.545.020	5.015.181
Reforço / (reversão) ⁽¹⁾	551.187	553.662	779.218	640.992
Provisão mínima requerida	552.751	553.338	780.782	640.668
Provisão adicional	(1.564)	324	(1.564)	324
Baixas para prejuízo	(486.585)	(555.982)	(618.411)	(682.894)
Saldo final	4.997.608	4.616.572	5.705.827	4.973.279

⁽¹⁾ Não contempla as rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados para prejuízo.

g) Concentração das operações de crédito

	31.03.2022	% da carteira	31.12.2021	% da carteira
Banco				
Maior devedor	620.316	1,01%	620.316	1,00%
10 Maiores devedores	2.718.565	4,44%	2.874.205	4,65%
20 Maiores devedores	3.838.343	6,27%	4.173.942	6,75%
50 Maiores devedores	5.910.670	9,65%	6.522.388	10,55%
100 Maiores devedores	8.162.747	13,33%	8.928.189	14,45%
Consolidado				
Maior devedor	620.316	0,93%	620.316	0,93%
10 Maiores devedores	2.718.565	4,09%	2.874.205	4,31%
20 Maiores devedores	3.838.343	5,78%	4.173.942	6,26%
50 Maiores devedores	5.911.569	8,90%	6.523.486	9,79%
100 Maiores devedores	8.163.647	12,28%	8.929.287	13,40%

h) Informações sobre cessões de crédito
h.1) Cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios.

	31.03.2022		31.12.2021	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Banco	6.175.195	6.756.434	7.430.996	8.177.509
Com coobrigação	4.891.807	5.473.046	5.875.173	6.621.686
Instituições financeiras - Partes relacionadas	4.891.807	5.473.046	5.875.173	6.621.686
Sem coobrigação	1.283.388	1.283.388	1.555.823	1.555.823
Fundo de Investimento em direitos creditórios - Controlada	1.283.388	1.283.388	1.555.823	1.555.823
Consolidado	4.891.807	5.473.046	5.875.173	6.621.686
Com coobrigação	4.891.807	5.473.046	5.875.173	6.621.686
Instituições financeiras - Partes relacionadas	4.891.807	5.473.046	5.875.173	6.621.686

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outros passivos financeiros – Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 22a).

No trimestre findo em 31 de março de 2022, as receitas com venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 281.785 no Banco e no Conglomerado (R\$ 186.783 no Banco e no Conglomerado no trimestre findo em 31 de março de 2021). As despesas com obrigação por operações com essas mesmas características totalizaram R\$ 175.141 no Banco e no Conglomerado (R\$ 69.055 no Banco e no Conglomerado no trimestre findo em 31 de março de 2021).

h.2) Cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo

No trimestre findo em 31 de março de 2022, as receitas com cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo totalizaram R\$ 1.065 no Banco e no Conglomerado (R\$ 7.968 no Banco e no Conglomerado no trimestre findo em 31 de março de 2021), as quais foram reconhecidas no resultado do período em "Receitas de operações de crédito".

i) Movimentação dos créditos renegociados

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Montante de créditos renegociados no período ⁽¹⁾	1.606.603	1.177.775	1.713.614	1.244.161
Renegociados por atraso ⁽²⁾	112.533	91.656	129.238	91.816
Renovados ⁽³⁾	1.494.070	1.086.119	1.584.376	1.152.345
Movimentação dos créditos renegociados por atraso				
Saldo inicial	839.584	922.412	876.493	957.016
Contratações	112.533	91.656	129.238	91.816
(Recebimento) e apropriação de juros	(83.489)	(92.505)	(89.526)	(83.428)
Baixa para prejuízo	(105.027)	(27.088)	(115.413)	(37.708)
Saldo final	763.601	894.475	800.792	927.696
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	389.353	431.193	420.948	459.790
(%) PDD sobre a carteira renegociada por atraso	50,99%	48,21%	52,57%	49,56%
Inadimplência após 90 dias de atraso da carteira renegociada	357.773	343.744	394.963	376.865
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	46,85%	38,43%	49,32%	40,62%

⁽¹⁾ Representa o montante renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso.

⁽²⁾ Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

⁽³⁾ Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

j) Outras informações

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Créditos contratados a liberar	553.968	553.973	6.546.937	6.359.005
Garantias financeiras prestadas (Nota 30.1.a.ii)	6.887.498	6.908.831	6.887.498	6.908.831

13. OUTROS ATIVOS

a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Outros ativos financeiros	2.600.853	1.920.810	3.036.001	2.346.638
Relações com correspondentes	9.897	4.290	11.142	4.347
Outros créditos e rendas a receber	28.103	40.261	293.887	312.584
Transações de cartão de crédito	-	-	140.473	122.212
Valores a receber de liquidações de títulos no exterior	4.266	60	4.266	60
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	114.598	194.310	116.279	201.516
Carteira de câmbio (Nota 13b)	2.440.003	1.677.409	2.440.003	1.677.409
Outros	3.986	4.480	29.951	28.510
Outros ativos	909.714	939.310	790.440	875.317
Despesas antecipadas	102.544	66.023	104.911	69.946
Devedores diversos - No país	57.829	86.626	81.914	93.685
Adiantamentos e antecipações salariais	2.192	5.182	2.272	5.384
Adiantamentos a fornecedores	625	667	966	999
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 29g)	517.433	524.421	567.202	573.609
Devedores por depósitos em garantia - Outros	626	640	626	640
Valores a receber de sociedades ligadas	73.778	30.939	-	-
Dividendos a receber / Juros sobre o capital próprio a receber ⁽¹⁾	149.095	149.095	314	657
Outros	5.592	75.717	32.235	130.397
Total	3.510.567	2.860.120	3.826.441	3.221.955
Ativo circulante	2.990.613	2.289.252	3.299.057	2.630.540
Ativo não circulante	519.954	570.868	527.384	591.415

⁽¹⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.

b) Carteira de câmbio

Banco e Consolidado	31.03.2022	31.12.2021
Ativo - Outros ativos ⁽¹⁾		
Câmbio comprado a liquidar	1.880.798	1.470.398
Direitos sobre vendas de câmbio	559.205	207.011
Total	2.440.003	1.677.409
Ativo circulante	2.440.003	1.677.409
Passivo - Outros passivos ⁽²⁾		
Câmbio vendido a liquidar	(568.124)	(163.423)
Obrigações por compras de câmbio	(1.989.418)	(1.437.856)
Total	(2.557.542)	(1.601.279)
Passivo circulante	(2.557.542)	(1.601.279)
Contas de compensação		
Créditos abertos para importação	36.629	59.498
⁽¹⁾ As rendas a receber de adiantamentos concedidos em contratos de câmbio estão apresentados em "Carteira de crédito - Outros créditos com características de concessão de crédito" (Nota 12a).		
⁽²⁾ Os adiantamentos concedidos em contratos de câmbio estão apresentados em "Carteira de crédito - Outros créditos com características de concessão de crédito" (Nota 12a).		

c) Resultado de operações de câmbio

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Rendas de câmbio	464.255	1.199.381
Despesas de câmbio	(689.724)	(1.006.126)
Resultado de operações de câmbio	(225.469)	193.255

14. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos não financeiros mantidos para a venda referem-se, principalmente, a imóveis e veículos não de uso (i) adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas; (ii) imóveis construídos por sociedades investidas de propósitos específicos e destinados para a venda; e (iii) participações em empreendimentos imobiliários mantidos para venda.

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Imóveis ⁽¹⁾	51.476	48.232	172.583	176.686
Veículos e afins	130.808	110.181	131.187	110.571
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(48.649)	(49.644)	(77.913)	(86.617)
Total	133.635	108.769	225.857	200.640
Ativo circulante	133.635	108.769	146.479	118.056
Ativo não circulante	-	-	79.378	82.584

⁽¹⁾ Contempla imóveis não de uso construídos por sociedades investidas de propósito específico e destinados para venda.

15. INVESTIMENTOS
a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

	31.12.2021	Movimentação de 01.01 a 31.03.2022			31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	
	Valor do investimento	Dividendos/ Outros eventos (7)	Resultado equivalência	Imparidade/ Ágio (8)	Valor do investimento	Resultado equivalência	Imparidade/ Ágio (8)
No país - Controladas do Banco	3.814.687	(967)	68.622	(3.305)	3.879.037	87.963	1.364
Banco BV S.A.	1.510.262	(1.247)	(25.774)	-	1.483.241	22.895	-
BV DTVM (antiga Votorantim Asset DTVM) (1)	307.729	-	(8.510)	-	299.219	(5.830)	-
BV Corretora Seguros (antiga Votorantim Corretora Seguros) (2)	1.137.227	-	71.411	-	1.208.638	77.710	-
BVIA	182.723	-	9.357	-	192.080	3.652	-
Promotiva	120.864	-	7.330	-	128.194	8.690	-
Atenas	32.136	-	4.933	(3.305)	33.764	(6.168)	1.364
BVEP (3)	523.746	280	9.875	-	533.901	(12.986)	-
No país - Coligadas do Banco	96.836	-	(838)	-	95.998	-	-
Coligadas (4) (5)	96.836	-	(838)	-	95.998	-	-
Total - Banco	3.911.523	(967)	67.784	(3.305)	3.975.035	87.963	1.364
No país - Coligadas do Banco	96.836	-	(838)	-	95.998	-	-
Coligadas (4) (5)	96.836	-	(838)	-	95.998	-	-
No país - Coligadas do Banco BV S.A.	-	109.381	(210)	-	109.171	-	-
Coligadas (5) (6)	-	109.381	(210)	-	109.171	-	-
No país - Coligadas e controladas em conjunto da BVEP	13.327	(128)	(58)	-	13.141	(589)	(51)
Coligadas (5)	2.149	-	(6)	-	2.143	221	-
Controladas em conjunto (5)	11.178	(128)	(52)	-	10.998	(810)	(51)
Total - Consolidado	110.163	109.253	(1.106)	-	218.310	(589)	(51)

(1) Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social da Votorantim Asset DTVM para BV DTVM.

(2) Em 28 de dezembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social da Votorantim Corretora Seguros para BV Corretora Seguros.

(3) Inclui impairment de controladas.

(4) Contempla investimento adquirido em agosto de 2021 (Nota 2a).

(5) Inclui ágio na aquisição desses investimentos, detalhados na nota 15b.

(6) Contempla investimento adquirido em janeiro de 2022 (Nota 2b).

(7) Inclui movimentação de outros resultados abrangentes.

(8) Reconhecido no resultado na linha de "Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto".

b) Posição patrimonial de ajuste ao valor recuperável (Imparidade)

	Ágio		Imparidade (1)	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Banco				
Atenas	-	-	(18.268)	(14.963)
Coligadas do Banco	91.455	91.455	-	-
Total - Banco	91.455	91.455	(18.268)	(14.963)
Consolidado				
Coligadas da BVEP	-	-	(453)	(453)
Controladas em conjunto da BVEP	-	-	(523)	(523)
Coligadas do Banco	91.455	91.455	-	-
Coligadas do Banco BV S.A.	98.678	-	-	-
Total - Consolidado	190.133	91.455	(976)	(976)

(1) Aplicado sobre o valor do investimento.

c) Informações financeiras resumidas das controladas nas Demonstrações Contábeis

	31.03.2022		01.01 a 31.03.2022	Quantidade de ações / quotas (em milhares)	Participação do capital social %
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Lucro/ (prejuízo) líquido	Ordinárias	
No País - Controladas do Banco					
Banco BV S.A.	1.300.131	1.483.241	(25.774)	823	100%
BV DTVM (antiga Votorantim Asset DTVM) (1) (2)	322.774	299.219	(8.510)	32.277.389	100%
BV Corretora de Seguros (antiga Votorantim Corretora Seguros) (3)	651.674	1.208.638	71.411	200	100%
BVIA	132.186	192.080	9.357	75.758	100%
Promotiva	67.269	128.194	7.330	5.000	100%
Atenas	51.610	33.764	4.933	51.610	100%
BVEP (4)	598.400	533.901	9.875	598.400	100%

(1) Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social da Votorantim Asset DTVM para BV DTVM.

(2) A Administração da BV DTVM aprovou em 30 de julho de 2021 o aumento de capital social no montante de R\$ 200.000, mediante a emissão de 20.000.000.000 de novas quotas.

(3) Em 28 de dezembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social da Votorantim Corretora Seguros para BV Corretora de Seguros.

(4) Inclui impairment de controladas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto nas Demonstrações Contábeis consolidadas

	31.03.2022				31.12.2021		
	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP	Coligadas do Banco ⁽¹⁾	Coligadas do Banco BV S.A. ⁽²⁾	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP	Coligadas do Banco ⁽¹⁾
Ativo Total ⁽³⁾	5.901	25.857	11.257	34.392	5.908	25.967	13.331
Passivo Total ⁽³⁾	5.901	25.857	11.257	34.392	5.908	25.967	13.331
Passivo	3.421	2.860	3	191	3.420	2.624	2
Patrimônio líquido	2.480	22.997	11.254	34.201	2.488	23.343	13.329
	01.01 a 31.03.2022				01.01 a 31.03.2021		
Resultado do período ⁽³⁾	(13)	(93)	(3.527)	(682)	5.596	(996)	-

⁽¹⁾ Investimento adquirido em agosto de 2021.

⁽²⁾ Contempla investimento adquirido em janeiro de 2022.

⁽³⁾ As informações de ativos, passivos e resultado não estão ajustadas pelos percentuais detidos direta ou indiretamente pelo Banco Votorantim. A posição patrimonial das empresas não considera a data de início do investimento pelo banco BV.

e) Outros investimentos

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022 ⁽¹⁾	31.12.2021	31.03.2022 ⁽¹⁾	31.12.2021
Investimentos por incentivos fiscais	-	49.771	-	76.261
Ações e cotas	-	277	-	277
Outros	-	7	-	1.759
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	-	(49.771)	-	(78.013)
Total	-	284	-	284

⁽¹⁾ Com o início da vigência da Resolução CMN nº 4.817/2020, a partir de 2022, os investimentos em participações em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, passaram a ser apresentadas em títulos e valores mobiliários.

16. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2021	01.01 a 31.03.2022		31.03.2022		
	Saldo contábil	Aquisições ^{(1) (2)}	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco						
Instalações	34.732	-	(2.111)	140.675	(108.054)	32.621
Móveis e equipamentos de uso	7.744	5	(356)	42.666	(35.273)	7.393
Sistema de comunicação	2.991	253	(274)	18.012	(15.042)	2.970
Sistema de processamento de dados	35.152	25.370	(3.395)	210.343	(153.216)	57.127
Sistema de segurança	122	5	(11)	2.636	(2.520)	116
Sistema de transporte	351	294	(45)	1.361	(761)	600
Total	81.092	25.927	(6.192)	415.693	(314.866)	100.827
Consolidado						
Instalações	34.961	-	(2.121)	142.558	(109.718)	32.840
Móveis e equipamentos de uso	7.832	7	(366)	45.474	(38.001)	7.473
Sistema de comunicação	2.991	253	(274)	19.387	(16.417)	2.970
Sistema de processamento de dados	35.152	25.370	(3.395)	213.685	(156.558)	57.127
Sistema de segurança	121	6	(11)	2.732	(2.616)	116
Sistema de transporte	351	294	(45)	1.361	(761)	600
Total	81.408	25.930	(6.212)	425.197	(324.071)	101.126

	31.12.2020	Exercício/2021			31.12.2021		
	Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco							
Instalações	45.981	1.346	(107)	(12.488)	140.704	(105.972)	34.732
Móveis e equipamentos de uso	10.758	269	(1.459)	(1.824)	42.680	(34.936)	7.744
Sistema de comunicação	3.856	537	(181)	(1.221)	17.759	(14.768)	2.991
Sistema de processamento de dados	33.311	15.231	(871)	(12.519)	185.213	(150.061)	35.152
Sistema de segurança	203	-	(32)	(49)	2.635	(2.513)	122
Sistema de transporte	318	160	-	(127)	1.089	(738)	351
Total	94.427	17.543	(2.650)	(28.228)	390.080	(308.988)	81.092
Consolidado							
Instalações	46.612	1.346	(107)	(12.890)	142.587	(107.626)	34.961
Móveis e equipamentos de uso	10.898	269	(1.459)	(1.876)	45.486	(37.654)	7.832
Sistema de comunicação	3.863	537	(181)	(1.228)	19.134	(16.143)	2.991
Sistema de processamento de dados	33.321	15.231	(871)	(12.529)	188.555	(153.403)	35.152
Sistema de segurança	215	-	(32)	(62)	2.730	(2.609)	121
Sistema de transporte	318	160	-	(127)	1.089	(738)	351
Total	95.227	17.543	(2.650)	(28.712)	399.581	(318.173)	81.408

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2022, não houve baixa de imobilizado de uso.

17. INTANGÍVEL

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Intangível	683.411	594.519	788.324	674.658
Ativos intangíveis	1.418.092	1.280.807	1.558.510	1.391.171
(Amortização acumulada)	(566.354)	(517.961)	(592.030)	(538.357)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(168.327)	(168.327)	(178.156)	(178.156)
Total	683.411	594.519	788.324	674.658

a) Composição

	31.03.2022				31.12.2021			
	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada ⁽¹⁾	Saldo contábil	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada ⁽¹⁾	Saldo contábil
Banco								
Softwares adquiridos	42.533	(41.303)	-	1.230	42.533	(40.387)	-	2.146
Licenças de uso	422.945	(320.782)	-	102.163	366.034	(296.890)	-	69.144
Acordos por direitos de comercialização	40.973	(40.335)	-	638	39.846	(38.723)	-	1.123
Softwares desenvolvidos internamente	870.698	(148.985)	(167.327)	554.386	791.451	(128.622)	(167.327)	495.502
Marcas e patentes	6.000	(1.833)	(1.000)	3.167	6.000	(1.583)	(1.000)	3.417
Créditos de carbono	27.573	(5.746)	-	21.827	27.573	(4.386)	-	23.187
Outros	7.370	(7.370)	-	-	7.370	(7.370)	-	-
Total	1.418.092	(566.354)	(168.327)	683.411	1.280.807	(517.961)	(168.327)	594.519
Consolidado								
Softwares adquiridos	67.000	(41.494)	-	25.506	67.000	(40.577)	-	26.423
Licenças de uso	431.456	(328.782)	-	102.674	373.524	(304.378)	-	69.146
Acordos por direitos de comercialização	40.973	(40.335)	-	638	39.846	(38.723)	-	1.123
Softwares desenvolvidos internamente	978.138	(166.470)	(177.156)	634.512	869.858	(141.340)	(177.156)	551.362
Marcas e patentes	6.000	(1.833)	(1.000)	3.167	6.000	(1.583)	(1.000)	3.417
Créditos de carbono	27.573	(5.746)	-	21.827	27.573	(4.386)	-	23.187
Outros	7.370	(7.370)	-	-	7.370	(7.370)	-	-
Total	1.558.510	(592.030)	(178.156)	788.324	1.391.171	(538.357)	(178.156)	674.658

⁽¹⁾ Inclui efeitos de redefinições táticas de projetos.

b) Movimentação

	31.12.2021	01.01 a 31.03.2022		31.03.2022
	Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾ ₍₂₎	Amortização	Saldo contábil
Banco				
Softwares adquiridos	2.146	-	(916)	1.230
Licenças de uso	69.144	56.985	(23.966)	102.163
Acordos por direitos de comercialização	1.123	1.127	(1.612)	638
Softwares desenvolvidos internamente	495.502	79.247	(20.363)	554.386
Marcas e patentes	3.417	-	(250)	3.167
Créditos de carbono	23.187	-	(1.360)	21.827
Total	594.519	137.359	(48.467)	683.411
Consolidado				
Softwares adquiridos	26.423	-	(917)	25.506
Licenças de uso	69.146	58.009	(24.481)	102.674
Acordos por direitos de comercialização	1.123	1.127	(1.612)	638
Softwares desenvolvidos internamente	551.362	108.279	(25.129)	634.512
Marcas e patentes	3.417	-	(250)	3.167
Créditos de carbono	23.187	-	(1.360)	21.827
Total	674.658	167.415	(53.749)	788.324

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31.12.2020	Exercício/2021					31.12.2021
	Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Transferência	Amortização	Imparidade ^{(3)/(4)}	Saldo contábil
Banco							
Softwares adquiridos	5.155	5.348	-	-	(8.357)	-	2.146
Licenças de uso	74.007	68.979	-	-	(73.842)	-	69.144
Acordos por direitos de comercialização	1.012	8.005	-	-	(7.894)	-	1.123
Softwares desenvolvidos internamente	313.061	264.513	(49.914)	(9.067)	(59.514)	36.423	495.502
Marcas e patentes	4.417	-	-	-	(1.000)	-	3.417
Créditos de carbono	-	27.573	-	-	(4.386)	-	23.187
Outros	-	7.370	-	-	(7.370)	-	-
Total	397.652	381.788	(49.914)	(9.067)	(162.363)	36.423	594.519
Consolidado							
Softwares adquiridos	29.432	5.348	-	-	(8.357)	-	26.423
Licenças de uso	74.037	70.189	-	-	(75.080)	-	69.146
Acordos por direitos de comercialização	1.012	8.005	-	-	(7.894)	-	1.123
Softwares desenvolvidos internamente	319.945	312.514	(49.914)	-	(67.606)	36.423	551.362
Marcas e patentes	4.417	-	-	-	(1.000)	-	3.417
Créditos de carbono	-	27.573	-	-	(4.386)	-	23.187
Outros	-	7.370	-	-	(7.370)	-	-
Total	428.843	430.999	(49.914)	-	(171.693)	36.423	674.658

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2022, não houve baixa de ativos intangíveis.

⁽³⁾ Em 31 de dezembro de 2021, inclui a reversão da imparidade dos projetos e respectiva baixa do ativo intangível.

⁽⁴⁾ Inclui efeitos de redefinições táticas de projetos.

c) Estimativa de amortização em 31 de março de 2022

	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027 ⁽¹⁾	Total
Banco							
Valores a amortizar	184.108	156.300	141.051	108.066	75.249	18.637	683.411
Consolidado							
Valores a amortizar e outros montantes	198.918	175.096	159.565	125.818	86.013	42.914	788.324

⁽¹⁾ No Consolidado, inclui montantes não amortizáveis, referentes a ativos intangíveis com vida útil indefinida no valor de R\$ 24.278.

18. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Depósitos à vista				
Pessoas físicas	458.611	544.745	505.771	579.934
Pessoas jurídicas	24.186	24.886	85.335	76.488
Empresas ligadas	431.002	516.716	420.430	503.440
Vinculados	3.417	3.137	-	-
	6	6	6	6
Depósitos interfinanceiros	1.476.100	1.408.191	1.476.100	1.349.787
Depósitos a prazo	20.867.408	23.049.820	19.895.125	22.116.999
Moeda nacional	19.390.641	21.374.660	18.418.358	20.441.839
Moeda estrangeira	1.476.767	1.675.160	1.476.767	1.675.160
Total	22.802.119	25.002.756	21.876.996	24.046.720
Passivo circulante	20.569.052	22.616.210	20.089.040	21.998.978
Passivo não circulante	2.233.067	2.386.546	1.787.956	2.047.742

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade em 31 de março de 2022

	Sem venc.	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.03.2022	31.12.2021
Banco								
Depósitos à vista	458.611	-	-	-	-	-	458.611	544.745
Depósitos interfinanceiros	-	346.403	1.129.697	-	-	-	1.476.100	1.408.191
Depósitos a prazo	-	7.504.159	11.130.182	2.078.582	154.477	8	20.867.408	23.049.820
Total	458.611	7.850.562	12.259.879	2.078.582	154.477	8	22.802.119	25.002.756
Consolidado								
Depósitos à vista	505.771	-	-	-	-	-	505.771	579.934
Depósitos interfinanceiros	-	346.403	1.129.697	-	-	-	1.476.100	1.349.787
Depósitos a prazo	-	7.462.576	10.644.593	1.633.332	154.616	8	19.895.125	22.116.999
Total	505.771	7.808.979	11.774.290	1.633.332	154.616	8	21.876.996	24.046.720

c) Captações no mercado aberto

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Carteira própria	14.914.900	15.123.292	14.004.552	13.932.899
Títulos privados – Debêntures	1.428.011	1.401.031	1.428.011	1.401.031
Letras Financeiras do Tesouro	71.018	2.560.755	71.018	2.112.017
Letras do Tesouro Nacional	3.275.036	5.270.015	2.452.175	4.563.958
Notas do Tesouro Nacional	8.647.394	3.943.228	8.559.907	3.907.630
Títulos privados – Outros	1.493.441	1.948.263	1.493.441	1.948.263
Carteira de terceiros	3.950.932	2.304.943	3.650.620	2.304.943
Letras Financeiras do Tesouro	2.711.775	2.199.989	2.711.775	2.199.989
Letras do Tesouro Nacional	386.947	-	86.635	-
Notas do Tesouro Nacional	852.210	104.954	852.210	104.954
Carteira de livre movimentação	488.361	582.751	488.361	582.751
Letras do Tesouro Nacional	164.098	-	164.098	-
Notas do Tesouro Nacional	324.263	582.751	324.263	582.751
Total	19.354.193	18.010.986	18.143.533	16.820.593
Passivo circulante	18.429.837	16.496.561	17.219.177	15.306.168
Passivo não circulante	924.356	1.514.425	924.356	1.514.425

d) Despesas com operações de captação no mercado

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Despesas de captações com depósitos	(578.935)	(130.797)	(555.067)	(126.766)
Depósitos a prazo	(532.778)	(103.156)	(510.078)	(99.845)
Depósitos interfinanceiros	(46.157)	(27.641)	(44.989)	(26.921)
Despesas de captações no mercado aberto	(412.840)	(22.742)	(382.555)	(19.787)
Carteira própria	(286.043)	(60.091)	(255.758)	(57.136)
Carteira de terceiros	(102.214)	(8.760)	(102.214)	(8.760)
Carteira de livre movimentação ⁽¹⁾	(24.583)	46.109	(24.583)	46.109
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	307.308	(1.172.889)	307.291	(1.172.889)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(7.954)	(1.410)	(7.954)	(1.410)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(58.255)	(6.995)	(58.255)	(6.995)
Letras Financeiras	(728.817)	(189.824)	(728.817)	(189.824)
Letras Financeiras Garantidas	(105.089)	(59.538)	(105.089)	(59.538)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior ⁽²⁾	1.214.488	(908.526)	1.214.488	(908.526)
Certificados de Operações Estruturadas	-	(70)	-	(70)
Outras	(7.065)	(6.526)	(7.082)	(6.526)
Despesas com dívidas subordinadas no exterior ⁽²⁾	220.175	(301.492)	220.175	(301.492)
Total	(464.292)	(1.627.920)	(410.156)	(1.620.934)

⁽¹⁾ Inclui efeitos de variação de valor justo do passivo correspondente.

⁽²⁾ Inclui os efeitos de variação cambial dos passivos correspondentes.

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Composição

	Banco e Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021
Obrigações por empréstimos (Nota 19b)	4.271.346	4.277.287
Obrigações por repasses (Nota 19c)	1.016.999	825.268
Total	5.288.345	5.102.555

b) Obrigações por empréstimos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Banco e Consolidado	
				31.03.2022	31.12.2021
No exterior	1.128.870	2.678.283	464.193	4.271.346	4.277.287
Tomados junto a banqueiros no exterior	1.089.896	2.664.029	464.193	4.218.118	4.187.259
Importação	38.974	14.254	-	53.228	90.028
Total	1.128.870	2.678.283	464.193	4.271.346	4.277.287
Passivo circulante				3.807.153	4.277.287
Passivo não circulante				464.193	-

c) Obrigações por repasses
Do país – Instituições oficiais

Programas	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Banco e Consolidado	
		31.03.2022	31.12.2021
Tesouro Nacional		325.778	286.899
Pré-fixado	de 3,50% a 7,00% a.a.	294.446	245.826
Pós-fixado	100,00% da Selic	31.332	41.073
BNDES		176.585	199.688
Pré-fixado	de 0,80% a 5,70% a.a.	50.513	55.572
Pós-fixado	de 1,42% a 1,50% a.a. + IPCA 1,80% a.a. + TJLP	126.072	144.116
FINAME		514.636	338.681
Pré-fixado	de 0,80% a 8,00% a.a.	170.236	187.254
Pós-fixado	de 2,00% a 2,10% a.a. + TJLP de 1,00% a 2,25% a.a. + IPCA de 0,95% a 2,40% a.a. + Selic	344.400	151.427
Total		1.016.999	825.268
Passivo circulante		564.428	450.658
Passivo não circulante		452.571	374.610

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2022.

d) Despesas de obrigações por empréstimos e repasses

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Resultado de obrigações por empréstimos ⁽¹⁾	542.686	(210.780)
Resultado de obrigações por repasses	(17.041)	(14.039)
Tesouro Nacional	(4.696)	(768)
BNDES	(4.139)	(5.134)
FINAME	(8.206)	(8.137)
Resultado de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	174.496	(88.646)
Total	700.141	(313.465)

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre empréstimos e repasses no exterior.

20. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						31.03.2022	31.12.2021
Letras de Crédito Imobiliário						327.185	330.963
Pré-fixado	R\$	68.801	de 4,76% a 11,24% a.a.	2020	2024	73.562	72.281
Pós-fixado	R\$	197.777	de 99,00% a 117,00% do DI	2021	2024	208.913	215.256
Pós-fixado	R\$	39.869	de 0,33% a 0,39% a.a. + DI	2021	2024	44.710	43.426
Letras de Crédito do Agronegócio						2.541.134	1.954.932
Pré-fixado	R\$	494.347	de 0,76% a 5,37% a.a. + IPCA	2020	2025	514.804	358.046
Pós-fixado	R\$	1.341.324	de 4,00% a 13,18% a.a.	2020	2025	1.403.111	1.193.206
Pós-fixado	R\$	589.943	de 94,30% a 116,50% do DI	2020	2025	623.219	403.680
Letras Financeiras						25.446.021	23.151.473
Pré-fixado	R\$	1.929.724	de 0,32% a 7,23% a.a. + DI	2012	2031	2.141.646	2.069.161
Pós-fixado ⁽²⁾	R\$	19.976.674	de 100,00% a 130,00% do DI	2017	2026	21.400.975	19.315.720
Pós-fixado ⁽²⁾	R\$	1.574.827	de 0,32% a 7,23% a.a. + DI	2017	2032	1.903.400	1.766.592
Letras Financeiras Garantidas						4.126.075	4.020.986
Pós-fixado	R\$	4.000.000	de 1,82% a 7,17% a.a.+ IPCA	2021	2022	4.126.075	4.020.986
Obrigações por TVM no exterior						7.527.996	8.814.927
Pré-fixado	R\$	58.459	de 5,79% a 13,15% a.a.	2019	2023	68.654	54.029
Com variação cambial ⁽²⁾	USD	1.615.123	de 1,05% a 8,12% a.a. + variação cambial	2019	2025	7.459.342	8.760.898
Total						39.968.411	38.273.281
Passivo circulante						18.277.164	15.060.253
Passivo não circulante						21.691.247	23.213.028

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2022.

⁽²⁾ Inclui emissão de título verde (green bond), maiores detalhes estão descritos na nota 31.

21. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDAS ELEGÍVEIS A CAPITAL
a) Composição

	Banco e Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021
Dívidas subordinadas (Nota 21b)	96.376	93.651
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 21c)	3.222.943	3.494.796
Total	3.319.319	3.588.447

b) Dívidas subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
					31.03.2022	31.12.2021
Letras Financeiras Subordinadas					96.376	93.651
Pós-fixado	79.738	de 100,00% a 119,00% do DI 2,36% a.a. + DI	2016	2028	95.259	92.576
Pós-fixado	1.000	6,08% a.a. + IPCA	2021	2028	1.117	1.075
Total					96.376	93.651
Passivo não circulante					96.376	93.651

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2022.

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
					31.03.2022	31.12.2021
Letras Financeiras Subordinadas					1.759.384	1.811.737
Pós-fixado	944.922	de 100,00% a 120,00% do DI de 0,95% a 2,36% a.a. + DI	2015	2028	1.171.630	1.140.297
Pós-fixado	188.140	de 5,72% a 8,75% a.a. + IPCA	2013	2030	459.157	465.698
Pré-fixado	42.890	de 11,03% a 15,46% a.a.	2015	2024	84.526	162.894
Pós-fixado	27.500	117,50% da Selic	2016	2023	44.071	42.848
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento		
Bônus Perpétuos ⁽²⁾					1.463.559	1.683.059
Pré-fixado	USD 300.000	8,25% a.a.	2017		1.463.559	1.683.059
Total					3.222.943	3.494.796
Passivo circulante					1.693.159	1.916.697
Passivo não circulante					1.529.784	1.578.099

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2022.

⁽²⁾ Em 30 de novembro de 2017, foi realizada a emissão no exterior de USD 300.000 com pagamentos de juros semestrais.

Os *bonds* têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de Dez/2022 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Inclui os custos com emissão desses instrumentos, os quais são diferidos pelo prazo contratual, bem como não fazem parte da estrutura de *hedge*.

22. OUTROS PASSIVOS
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Outros passivos financeiros	9.459.435	10.083.155	8.330.737	11.072.760
Obrigações de operações vinculadas a cessões (Nota 12h.1) ⁽¹⁾	6.756.434	8.177.509	5.473.046	6.621.686
Comissões por intermediação de operações a pagar	21.182	19.623	21.934	21.096
Operações com cartão de crédito	-	-	125.685	150.610
Obrigações por aquisição de bens e direitos	195	14.371	195	14.371
Negociação e intermediação de valores	124.082	245.900	152.335	303.612
Carteira de câmbio (Nota 13b)	2.557.542	1.601.279	2.557.542	1.601.279
Obrigações por quotas de fundos de investimento ⁽²⁾	-	-	-	2.262.809
Outros	-	24.473	-	97.297
Outros passivos	2.239.824	2.061.981	2.460.327	2.272.414
Recursos em trânsito de terceiros	71.708	24.388	88.398	29.925
Provisão para participação nos lucros e resultados	83.365	211.299	98.856	254.076
Provisão para despesas de pessoal	263.607	272.793	299.615	333.808
Provisão para despesas administrativas	210.395	256.094	241.680	275.613
Provisão para perda com garantias financeiras prestadas (Nota 30.1.a.ii)	201.621	201.475	201.621	201.475
Provisão para perda - Outros riscos	12.845	15.217	12.845	15.217
Obrigações legais (Nota 29h)	54.899	52.325	62.582	59.394
Credores diversos - No país	361.498	358.317	483.218	415.261
Credores diversos - No exterior	127.065	191	127.065	191
Valores a pagar a sociedades ligadas	53.282	23.378	-	-
Dividendos a pagar / Juros sobre o capital próprio a pagar ⁽³⁾	739.067	595.000	739.067	595.000
Compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV (Nota 31)	488	428	488	428
Outros	59.984	51.076	104.892	92.026
Total	11.699.259	12.145.136	10.791.064	13.345.174
Passivo circulante	7.571.450	7.127.010	7.391.071	9.174.755
Passivo não circulante	4.127.809	5.018.126	3.399.993	4.170.419

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios.

⁽²⁾ A partir de 2022, a posição das cotas de fundos de investimentos controlados detidas por terceiros passaram a ser apresentadas como componente do patrimônio líquido (Nota 3c).

⁽³⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.

23. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Administração de recursos de terceiros	-	-	24.051	27.824
Cobrança	5.153	6.527	2.353	3.276
Comissões sobre colocação de títulos	36.912	15.280	37.208	15.383
Corretagens de operações em bolsa	-	-	546	961
Rendas de serviços de custódia	38	27	4.502	4.659
Rendas de garantias prestadas	23.388	27.555	23.388	27.555
Transações de cartão de crédito	-	-	55.173	37.518
Comissões sobre seguros	4.400	6.605	100.253	136.388
Assessoria financeira	904	863	904	863
Correspondente bancário	-	-	90.817	79.455
Rendas de serviços de liquidação bancária com parceiros ⁽¹⁾	8.607	2.740	3.295	2.740
Outros serviços	2.196	2.293	14.288	12.762
Total	81.598	61.890	356.778	349.384

⁽¹⁾ No Consolidado, são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

b) Rendas de tarifas bancárias

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Confecção de cadastro	94.839	132.641	94.839	132.641
Transferência de recursos	60	54	60	54
Avaliação de bens	32.902	47.753	32.902	47.753
Rendas de cartão de crédito	-	-	31.594	31.778
Outras	55	133	138	384
Total	127.856	180.581	159.533	212.610

c) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Honorários, pró labore e outros (Nota 27)	(5.492)	(4.962)	(7.378)	(6.299)
Benefícios	(29.908)	(29.826)	(41.902)	(34.652)
Encargos sociais	(48.025)	(38.592)	(60.249)	(46.635)
Proventos ⁽¹⁾	(184.063)	(104.014)	(228.805)	(138.407)
Demandas trabalhistas	(24.468)	(37.026)	(25.415)	(37.709)
Treinamentos	(2.361)	(1.925)	(2.879)	(2.306)
Previdência privada complementar	(3.057)	(2.275)	(3.936)	(2.883)
Total	(297.374)	(218.620)	(370.564)	(268.891)

⁽¹⁾ Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.

d) Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Água, energia e gás	(439)	(596)	(504)	(703)
Aluguéis ⁽¹⁾	(5.899)	(19.879)	(6.883)	(23.033)
Comunicações	(5.444)	(7.300)	(7.728)	(11.551)
Manutenção e conservação de bens ⁽¹⁾	(2.249)	(4.095)	(2.506)	(7.523)
Materiais	(1.150)	(581)	(1.479)	(663)
Processamento de dados	(65.241)	(44.769)	(103.345)	(65.808)
Promoções e relações públicas	(4.510)	42	(5.460)	(776)
Propaganda e publicidade	(15.877)	(5.639)	(42.365)	(10.980)
Publicações	-	-	-	(521)
Seguros	(1.785)	(1.435)	(2.068)	(1.655)
Serviços do sistema financeiro	(17.447)	(21.790)	(19.094)	(24.165)
Serviços de terceiros	(2.454)	(2.333)	(2.624)	(3.122)
Serviços de vigilância e segurança	(224)	(326)	(321)	(384)
Serviços técnicos especializados	(111.741)	(116.413)	(142.342)	(129.207)
Transportes	(1.594)	(1.156)	(1.669)	(1.210)
Viagens	(686)	(64)	(775)	(70)
Emolumentos judiciais e cartorários	(15.403)	(16.491)	(15.698)	(16.710)
Amortização ^{(2) (3)}	(41.296)	(26.493)	(53.749)	(31.984)
Depreciação ⁽²⁾	(5.065)	(5.794)	(6.212)	(6.813)
Outras ⁽⁴⁾	(18.150)	(15.538)	(20.107)	(19.562)
Total	(316.654)	(290.650)	(434.929)	(356.440)

⁽¹⁾ Em 2021, inclui efeitos da revisão da Administração da ocupação de andares de imóveis de terceiros.

⁽²⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre o Banco Votorantim e suas controladas.

⁽³⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2022, inclui o montante de R\$ 1.360 no Banco e no Consolidado referente as despesas de amortização dos créditos de carbono consumidos pela compensação da emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV (Nota 31).

⁽⁴⁾ Inclui despesas relacionadas a compensação das emissões de gases de efeito estufa diretas, conforme detalhado na nota 31.

e) Outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Recuperação de encargos e despesas	2.779	1.201	3.439	1.499
Atualização de depósitos em garantia	7.836	-	8.722	-
Variação monetária ativa	7.048	10	7.697	181
Ressarcimento de multas de tributos pagos a maior	1.017	197	1.017	197
Ressarcimento de custos operacionais	87	157	87	157
Reversão de provisão sobre cancelamento de seguros	-	-	3.217	3.945
Direitos de exclusividade e preferência bancária	-	-	870	3.508
Resultado da atividade imobiliária ⁽¹⁾	-	-	3.002	1.349
Outras ⁽²⁾	1.807	16.412	5.693	19.196
Total ⁽³⁾	20.574	17.977	33.744	30.032

⁽¹⁾ Inclui resultado na venda de participações.

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui reversão de provisão para reestruturação.

⁽³⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

f) Outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Custos associados à produção – Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(159.278)	(194.607)	(240.186)	(264.431)
Demandas cíveis	(22.747)	(23.931)	(23.554)	(24.979)
Demandas fiscais	(2.574)	(1.918)	(3.188)	(2.299)
Atualização de depósitos em garantia ⁽²⁾	-	(9.185)	-	(9.086)
Perdas operacionais	(8.873)	(3.403)	(9.729)	(3.505)
Prêmio pago sobre ativos financeiros	(52)	(61)	(52)	(61)
Direitos de exclusividade e preferência bancária	(8.357)	(8.190)	-	-
Provisão despesas de compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	(60)	(357)	(60)	(357)
Outras	(22.995)	(11.116)	(40.665)	(27.149)
Total ⁽³⁾	(224.936)	(252.768)	(317.434)	(331.867)

⁽¹⁾ Referem-se, principalmente, às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas e autônomos, incluindo despesas com manutenção.

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui os efeitos decorrentes da mudança no índice de atualização de depósitos judiciais.

⁽³⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Outras receitas	5.254	12.401	12.846	12.393
Lucro na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	3.885	9.229	3.764	9.222
Reversão de provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	995	-	8.704	-
Outras receitas não associadas diretamente à atividade operacional	374	3.172	378	3.171
Outras despesas	(740)	(7.170)	(4.379)	(20.195)
Perdas de capital	(41)	(50)	(41)	(50)
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	-	(1.813)	-	(5.042)
Despesas com imóveis não de uso	(443)	(497)	(443)	(497)
Despesas com ágio e imparidade de controladas	-	-	(3.293)	(9.795)
Baixas de ativos imobilizados	-	(2.650)	-	(2.650)
Outras despesas não associadas diretamente à atividade operacional	(256)	(2.160)	(602)	(2.161)
Total ⁽¹⁾	4.514	5.231	8.467	(7.802)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O Capital social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.130.372 (R\$ 8.130.372 em 31 de dezembro de 2021) está representado por 3.299.670.406 ações, sendo 2.131.587.081 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.168.083.325 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal (2.131.587.081 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.168.083.325 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021).

Em 08 de fevereiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o grupamento da totalidade das ações representativas do Capital social do Banco, na proporção de 31,94 para 1 ação da mesma espécie, passando o Capital social a ser representado por 3.299.670.406 ações. Após o grupamento, foi aprovada a conversão de 448.421.874 ações preferenciais em ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros
Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para “Reserva estatutária para expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

d) Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondente a 25% do Lucro líquido do período, deduzido da Reserva legal (Lucro líquido ajustado).

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 12.973/2014 e com o Estatuto social da Companhia, a Administração decidiu pela deliberação aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, em relação aos resultados apurados no trimestre findo em 31 de março de 2022. Não houve deliberação de remuneração de capital referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2022, a Companhia realizou a seguinte destinação:

	01.01 a 31.03.2022			
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data base da posição acionária	Data de pagamento
Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	169.491	1,61	31.03.2022	a pagar até 31.12.2022
Total destinado aos acionistas	169.491	1,61		

⁽¹⁾ Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de renda retido na fonte.

	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
Lucro líquido do período - Banco Votorantim S.A.	421.636	354.538
Reserva legal	-	-
Base de cálculo	421.636	354.538
Juros sobre o capital próprio (bruto)	169.491	-
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(25.424)	-
Valor proposto	144.067	-
% sobre a base de cálculo	34%	0%

e) Resultado por ação

	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Lucro líquido - Banco Votorantim S.A (R\$ mil)	421.636	354.538
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído) ^{(1) (2)}	3.299.670	3.299.670
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	127,78	107,45

⁽¹⁾ O número médio ponderado de ações é calculado com base na média da quantidade de ações de cada mês do trimestre findo em 31 de março de 2022.

⁽²⁾ O número médio ponderado de ações foi reapresentado para o trimestre findo em 31 de março de 2021 devido ao grupamento da totalidade de ações descrito na nota 25a, em conformidade com o CPC 41.

f) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	31.03.2022	31.12.2021
Banco Votorantim S.A.	421.636	354.538	12.088.017	11.922.690
Resultado não realizado - (RNR) ⁽¹⁾	(33.840)	599	31.349	5.861
Participações de não controladores ⁽²⁾	58.328	-	2.316.618	-
Consolidado	446.124	355.137	14.435.984	11.928.551

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas, líquido de impostos.

⁽²⁾ A partir de 2022, a posição das cotas de fundos de investimentos controlados detidas por terceiros passaram a ser apresentadas como componente do patrimônio líquido, bem como passaram a ser destacados o resultado do período (Nota 3c).

g) Outros resultados abrangentes

Banco e Consolidado	01.01 a 31.03.2022				01.01 a 31.03.2021			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos disponíveis para venda	100.960	92.708	(41.592)	152.076	245.530	(228.966)	102.810	119.374
Banco Votorantim ⁽¹⁾	107.990	94.696	(42.613)	160.073	237.675	(215.467)	96.818	119.026
Controladas	(7.030)	(1.988)	1.021	(7.997)	7.855	(13.499)	5.992	348
Hedge de fluxo de caixa	363.606	(250.789)	112.855	225.672	(96.177)	398.271	(179.222)	122.872
Banco Votorantim ⁽¹⁾	363.606	(250.789)	112.855	225.672	(96.177)	398.271	(179.222)	122.872
Total - Banco	464.566	(158.081)	71.263	377.748	149.353	169.305	(76.412)	242.246
Efeito do RNR ⁽²⁾	14.652	59.328	-	73.980	18.870	(999)	-	17.871
Total - Consolidado	479.218	(98.753)	71.263	451.728	168.223	168.306	(76.412)	260.117

⁽¹⁾ Inclui agência no exterior.

⁽²⁾ O efeito tributário é apresentado na linha "Ativos fiscais".

h) Participações de não controladores

Consolidado	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	31.03.2022	31.12.2021
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BV - Crédito de Veículos (FIDC BV)	56.918	-	2.179.804	-
Fundo de Investimento Imobiliário Votorantim BII BTS (BTS)	(311)	-	126.788	-
Outros fundos	1.721	-	10.026	-
Participação de não controladores ⁽¹⁾	58.328	-	2.316.618	-

⁽¹⁾ A partir de 2022, a posição das cotas de fundos de investimentos controlados detidas por terceiros passaram a ser apresentadas como componente do patrimônio líquido, bem como passaram a ser destacados o resultado do período (Nota 3c).

i) Participações acionárias (Quantidade de ações)

Composição da classe de ações de emissão do Banco Votorantim S.A. em que os acionistas são titulares diretamente em 31 de março de 2022 e 31 dezembro de 2021:

Acionistas - Ações (mil)	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	1.065.793	50,00%	584.042	50,00%	1.649.835	50,00%
Banco do Brasil S.A.	1.065.793	50,00%	584.042	50,00%	1.649.835	50,00%
Total	2.131.587	100,00%	1.168.083	100,00%	3.299.670	100,00%
Residentes no país	2.131.587	100,00%	1.168.083	100,00%	3.299.670	100,00%

26. TRIBUTOS

a) Ativos fiscais

Total de ativos fiscais reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Ativos tributários correntes (Nota 26 a.1)	406.455	447.097	468.255	499.250
Ativos fiscais diferidos (Nota 26 a.2)	6.453.816	6.549.550	7.624.823	7.626.269
Total	6.860.271	6.996.647	8.093.078	8.125.519
Ativo circulante	145.532	297.514	172.167	329.129
Ativo não circulante	6.714.739	6.699.133	7.920.911	7.796.390

a.1) Ativos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Impostos e contribuições a compensar	257.690	298.332	318.972	349.322
Imposto de renda a recuperar	-	-	518	1.163
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	148.765	148.765	148.765	148.765
Total ⁽¹⁾	406.455	447.097	468.255	499.250

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses.

a.2) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Ativado)

Banco	31.12.2021	01.01 a 31.03.2022		31.03.2022
	Saldo	Movimentação no período		Saldo
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	5.924.836	337.611	(433.081)	5.829.366
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.347.415	332.296	(336.959)	4.342.752
Provisões passivas	629.598	3.801	(73.355)	560.044
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	353.887	-	(9.678)	344.209
Outras provisões ⁽¹⁾	593.936	1.514	(13.089)	582.361
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	624.714	2.055	(2.319)	624.450
Total dos créditos tributários ativados	6.549.550	339.666	(435.400)	6.453.816
Imposto de renda	3.613.292	187.562	(240.168)	3.560.686
Contribuição social	2.936.258	152.104	(195.232)	2.893.130

Consolidado	31.12.2021	01.01 a 31.03.2022		31.03.2022
	Saldo	Movimentação no período		Saldo ⁽²⁾
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	6.588.757	448.315	(476.453)	6.560.619
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.898.254	441.705	(360.279)	4.979.680
Provisões passivas	724.963	4.075	(92.535)	636.503
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽³⁾	358.536	1.021	(9.692)	349.865
Outras provisões ⁽¹⁾	607.004	1.514	(13.947)	594.571
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.037.512	59.733	(33.041)	1.064.204
Total dos créditos tributários ativados	7.626.269	508.048	(509.494)	7.624.823
Imposto de renda	4.387.465	280.947	(285.276)	4.383.136
Contribuição social	3.238.804	227.101	(224.218)	3.241.687

⁽¹⁾ Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2022, a parcela de R\$ 5.656 (do total de R\$ 349.865), no Consolidado, corresponde ao crédito tributário decorrente de ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021, a parcela era de R\$ 4.635 (do total de R\$ 358.536), no Consolidado.

⁽³⁾ Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido, no trimestre findo em 31 de março de 2022, são de R\$ 1.021 do total de R\$ (8.671), no Consolidado. Os valores, no trimestre findo em 31 de março de 2021, eram de R\$ (179.221) do total de R\$ (280.386), no Banco e no Consolidado.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2021.

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2022	1.764.288	1.612.703	2.034.016	1.859.256
Em 2023	1.579.675	1.290.317	1.753.164	1.432.027
Em 2024	1.415.367	1.036.704	1.682.485	1.232.357
Em 2025	832.269	547.703	1.127.278	741.843
Em 2026	217.245	128.651	355.304	210.407
De 2027 a 2028	128.996	67.433	136.975	71.541
De 2029 a 2031	515.976	165.121	535.601	172.034
Total de créditos tributários	6.453.816	4.848.632	7.624.823	5.719.465

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾
Em 2022	6%	30%	4%	30%
Em 2023	16%	25%	16%	24%
Em 2024	19%	22%	21%	22%
Em 2025	20%	12%	22%	14%
Em 2026	22%	1%	25%	1%
De 2027 a 2028	17%	1%	11%	0%
De 2029 a 2031	0%	9%	1%	9%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário – Não ativado)

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Parcela de prejuízos fiscais / bases negativas de CSLL	94.088	94.088	167.146	168.052
Parcela de diferenças intertemporais	-	-	39.827	42.533
Total dos créditos tributários não ativados	94.088	94.088	206.973	210.585
Imposto de renda	52.271	52.271	148.066	150.713
Contribuição social	41.817	41.817	58.907	59.872

O saldo não constituído de crédito tributário será reconhecido nos livros contábeis, somente, quando atender aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresentar efetiva perspectiva de realização.

b) Passivos fiscais

Total de passivos fiscais reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Passivos tributários correntes (Nota 26 b.1)	150.490	230.910	239.316	459.590
Passivos fiscais diferidos - Obrigações fiscais diferidas (Nota 26 b.2)	626.240	662.362	626.924	663.031
Total	776.730	893.272	866.240	1.122.621
Passivo circulante	148.473	230.910	232.072	454.564
Passivo não circulante	628.257	662.362	634.168	668.057

b.1) Passivos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
IOF a recolher	32.430	32.911	34.794	35.074
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	410	6.233	6.569
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	-	-	56.453	197.262
Impostos e contribuições a recolher	118.060	197.589	141.836	220.685
Total ⁽¹⁾	150.490	230.910	239.316	459.590

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

b.2) Obrigações fiscais diferidas

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ^{(1) (2)}	586.637	644.971	586.646	644.971
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	15.075	15.075	15.075	15.075
Outros passivos	24.528	2.316	25.203	2.985
Total das obrigações fiscais diferidas	626.240	662.362	626.924	663.031
Imposto de renda	349.518	369.282	350.194	369.941
Contribuição social	276.722	293.080	276.730	293.090

⁽¹⁾ Em 31 de março de 2022, a parcela de R\$ 312.846 (do total de R\$ 586.637), no Banco e de R\$ 312.811 (do total de R\$ 586.646), no Consolidado, corresponde a obrigação fiscal diferida decorrente de ajustes de valor justo da parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa e de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021, a parcela era de R\$ 383.087 (do total de R\$ 644.971), no Banco e de R\$ 383.052 (do total de R\$ 644.971) no Consolidado.

⁽²⁾ Os valores correspondentes à movimentação da obrigação fiscal diferida decorrente dos ajustes de valor justo da parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa e dos ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido, no trimestre findo em 31 de março de 2022, são de R\$ (70.241) do total de R\$ (58.334) no Banco e R\$ (70.241) do total de R\$ (58.325) no Consolidado. Os valores, no trimestre findo em 31 de março de 2021, eram de R\$ (95.682) do total de R\$ (249.709), no Banco, e de R\$ (97.740) do total de R\$ (255.702), no Consolidado.

c) Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Cofins	(82.066)	(67.782)	(109.968)	(90.750)
ISSQN	(9.570)	(11.094)	(16.278)	(18.059)
PIS	(13.336)	(11.015)	(18.364)	(15.385)
Outras	(4.223)	(3.296)	(5.181)	(4.489)
Total	(109.195)	(93.187)	(149.791)	(128.683)

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)
d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Valores correntes	(5.001)	(127.466)	(94.178)	(213.905)
IR e CSLL no país – Corrente	(5.001)	(127.466)	(94.115)	(213.905)
IR e CSLL no país – Exercícios anteriores	-	-	237	-
Valores diferidos	(129.853)	(31.626)	(36.411)	(9.113)
Passivo fiscal diferido	(34.119)	152.564	(33.944)	152.645
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(11.907)	152.892	(11.917)	152.892
Outros passivos	(22.212)	(328)	(22.027)	(247)
Ativo fiscal diferido	(95.734)	(184.190)	(2.467)	(161.758)
Prejuízos fiscais / Bases negativas de CSLL	(264)	(81.383)	26.692	(78.841)
Diferenças temporárias	(85.792)	(1.643)	(19.467)	18.247
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(9.678)	(101.164)	(9.692)	(101.164)
Total	(134.854)	(159.092)	(130.589)	(223.018)

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Resultado antes dos tributos e participações	606.795	560.155	643.329	637.967
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(273.058)	(252.070)	(289.498)	(287.086)
Encargos sobre JCP	76.271	-	76.271	-
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	29.016	40.197	(498)	377
Participação nos lucros e resultados	22.637	20.936	29.977	26.916
Resultados do exterior ⁽¹⁾	3.952	33.374	3.952	33.374
Outros valores	6.328	(1.529)	49.207	3.401
Imposto de renda e contribuição social do período	(134.854)	(159.092)	(130.589)	(223.018)

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui encargos sobre variação cambial de investimentos no exterior.

27. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da Administração do banco BV, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Honorários, pró labore e outros	5.492	4.962	7.378	6.299
Gratificações	25.780	20.073	28.034	19.960
Encargos sociais	9.656	7.629	10.522	7.760
Total	40.928	32.664	45.934	34.019

⁽¹⁾ Inclui membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e RH, Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

O Conglomerado oferece um plano de previdência privada de contribuição definida ao pessoal chave da Administração.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Energia e Companhia Brasileira de Alumínio).

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços, que contemplam o convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com as empresas do Conglomerado.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O banco BV realiza cessões de crédito (cessões com coobrigação) com retenção substancial de riscos e benefícios com parte relacionada. Não foram realizadas novas cessões no trimestre findo em 31 de março de 2022 (R\$ 1.285.833 no trimestre findo em 31 de março de 2021). O banco BV também realiza cessões de crédito sem coobrigação, mas com retenção substancial de riscos e benefícios com controlada e no trimestre findo em 31 de março de 2022, a soma dos valores presentes totalizou R\$ 154.522 (no trimestre findo em 31 de março de 2021 não havia cessões com essa característica). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em “Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas”.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31.03.2022						
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	473.728	-	-	-	-	-	473.728
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽⁵⁾	200.000	-	1.576.860	-	-	-	1.776.860
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	9	17.788	-	-	-	1.898.686	1.916.483
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	1.773	-	-	48	-	1.821
Outros ativos	4.437	8.832	136.932	102.051	471	8.190	260.913
Passivos							
Depósitos à vista	(1.428)	(3.460)	(1.132)	(2.222)	(514)	(10.633)	(19.389)
Depósitos a prazo	(859.217)	(768.181)	-	(982.992)	-	(35.628)	(2.646.018)
Captações no mercado aberto	(5.190)	(23.012)	(487.486)	(723.174)	(390)	-	(1.239.252)
Recursos de aceites e emissão títulos	(57.955)	(406.794)	-	-	(8.435)	-	(473.184)
Instrumentos financeiros derivativos	(5.055)	(29.415)	-	-	-	-	(34.470)
Outros passivos	(6.095.574)	(369.534)	(65.437)	(1.877)	-	(1.287.857)	(7.820.279)
01.01 a 31.03.2022							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	117.798	68	47.084	-	-	60.891	225.841
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(5.048)	(119.182)	-	-	-	(133.757)	(257.987)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(30.172)	(37.069)	(14.336)	(38.416)	(242)	(510)	(120.745)
31.12.2021							
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	8	-	-	-	-	-	8
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽⁵⁾	-	-	1.039.991	-	-	587.933	1.627.924
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2	80.255	-	-	-	2.396.826	2.477.083
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	1.721	-	-	59	-	1.780
Outros ativos	5.536	11.276	125.599	98.337	607	8.336	249.691
Passivos							
Depósitos à vista	(761)	(1.442)	(1.338)	(1.584)	(232)	(13.491)	(18.848)
Depósitos a prazo	(1.306.989)	(1.153.805)	-	(936.130)	-	(30.888)	(3.427.812)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(58.404)	-	-	-	(58.404)
Captações no mercado aberto	-	(31.332)	(484.337)	(706.056)	(1.330)	-	(1.223.055)
Recursos de aceites e emissão títulos	(260.229)	(379.729)	-	-	(4.398)	-	(644.356)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.901)	-	-	-	(74.116)	(76.017)
Outros passivos	(7.163.553)	(351.570)	(12.144)	(33.775)	-	(1.560.676)	(9.121.718)
01.01 a 31.03.2021							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	118.783	964	8.313	-	-	5.232	133.292
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	42.791	-	-	-	18.495	61.286
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(11.375)	(7.172)	(720)	(5.548)	(28)	(131)	(24.974)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota explicativa nº 3. Não inclui operações entre as controladas.

⁽²⁾ Inclui a Promotiva S.A., BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., BV Corretora de Seguros S.A. (antiga Votorantim Corretora de Seguros S.A.), BV Empreendimentos e Participações S.A. e Atenas SP 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. Não inclui operações entre as controladas.

⁽³⁾ Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave.

⁽⁴⁾ Inclui fundos de investimentos consolidados, empresas controladas da BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e das controladas da BV Empreendimentos e Participações S.A., bem como todas as empresas em que o pessoal chave possua participação ou nas quais exerça cargo estatutário. A relação dos fundos está descrita na Nota 3.

⁽⁵⁾ Inclui as operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias classificadas como Caixa e equivalentes de caixa.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

Os programas de remuneração de curto prazo e longo prazo: Incentivo Variável Condicionado, Incentivo de Longo Prazo e Programa de Compra de Ações Virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até fevereiro de 2021.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado implementou um novo programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017 e foi concedido até 2020, com efeitos até fevereiro de 2021.

Plano ILP: Em 2021, o Conglomerado implementou para os executivos, um plano de incentivo de longo prazo, que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionado ao desempenho da organização no horizonte do tempo, com o objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor (em relação às práticas ESG - Meio ambiente, Social e Governança, neste exercício os executivos possuem um indicador específico atrelado a ESG e seu resultado impactará na remuneração variável apurada ao final do ciclo, maiores detalhes na nota explicativa 31a); e (iv) criação de uma visão de longo prazo. Este plano tem duração de até 4 anos.

Despesas cuja expectativa de realização decorre exclusivamente da prestação de serviços ao Conglomerado pelos beneficiários dos programas de remuneração variável: no trimestre findo em 31 de março de 2022 foram reconhecidos no resultado do Conglomerado, em Despesas de pessoal – Proventos R\$ 53.300 (R\$ 14.148 no trimestre findo em 31 de março de 2021) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de remuneração de longo prazo que foram encerrados no exercício de competência de 2016:

Ano do programa	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
2016	-	27.625
2017	5.534	5.453
2018	778	674
Total	6.312	33.752

Em 31 de março de 2022, o Conglomerado registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 156.622 (R\$ 148.820 em 31 de dezembro de 2021).

Movimentação de ações virtuais

Programa de Compra de Ações Virtuais	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Quantidade inicial	-	12.792.843	-	14.137.436
Novas / Atualizações	-	-	-	-
Pagas	-	(12.743.493)	-	(14.088.086)
Canceladas	-	(49.350)	-	(49.350)
Quantidade final ⁽¹⁾	-	-	-	-

⁽¹⁾ O Programa de Compra de Ações Virtuais foi encerrado no exercício de competência de 2016 com efeitos até fevereiro de 2021.

Plano ILP	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Quantidade inicial	21.125	-	22.449	-
Novas / Atualizações	8.143	-	9.909	-
Quantidade final ⁽¹⁾	29.268	-	32.358	-

⁽¹⁾ O Plano ILP para executivos entrou em vigor no exercício de competência de 2021.

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada.

Em março de 2019, entrou em vigor o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018.

O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

29. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de natureza cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

e) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis

O Conglomerado constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Conglomerado considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Demandas fiscais	48.847	53.398	65.451	73.819
Demandas cíveis	252.003	253.641	264.612	266.316
Demandas trabalhistas	377.559	372.520	396.007	391.956
Total	678.409	679.559	726.070	732.091

e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Demandas fiscais				
Saldo inicial	53.398	37.235	73.819	53.301
Constituições	207	49	630	342
Reversão da provisão	(187)	-	(4.160)	(78)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(5.800)	(11)	(6.134)	(752)
Atualizações	1.229	821	1.296	811
Saldo final	48.847	38.094	65.451	53.624
Demandas cíveis				
Saldo inicial	253.641	259.758	266.316	273.612
Constituições	10.098	11.903	11.876	14.656
Reversão da provisão	(10.515)	(11.804)	(11.474)	(12.593)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(7.242)	(12.989)	(8.400)	(13.820)
Atualizações ⁽²⁾	6.021	11.989	6.294	12.893
Saldo final	252.003	258.857	264.612	274.748
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	372.520	470.740	391.956	491.785
Constituições	23.621	46.079	24.450	46.992
Reversão da provisão	(5.893)	(37.168)	(6.805)	(39.794)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(18.925)	(25.788)	(20.170)	(27.336)
Atualizações ⁽²⁾	6.236	5.752	6.576	6.019
Saldo final	377.559	459.615	396.007	477.666
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	678.409	756.566	726.070	806.038

⁽¹⁾ Refere-se à baixa por pagamento por decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas 23c e 23f.

⁽²⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

e.2) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de março de 2022

	Banco			Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	29.484	252.003	377.559	36.282	264.612	396.007
De 5 a 10 anos	19.363	-	-	29.169	-	-
Total	48.847	252.003	377.559	65.451	264.612	396.007

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e.3) (Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2022	01.01 a 31.03.2021
Demandas fiscais	4.551	(859)	8.368	(323)
Demandas cíveis	1.638	901	1.704	(1.136)
Demandas trabalhistas	(5.039)	11.125	(4.051)	14.119
Total	1.150	11.167	6.021	12.660

f) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Demandas fiscais (Nota 29.f.1.1)	1.830.101	1.881.740	2.191.780	2.239.056
Demandas cíveis ⁽¹⁾	136.679	122.950	151.261	139.108
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	208.152	223.760	216.572	250.663
Total	2.174.932	2.228.450	2.559.613	2.628.827

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

f.1.1) Principais processos das ações de natureza fiscal com classificação de perda possível

Descrição das causas possíveis - Fiscais	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
INSS s/ PLR ⁽¹⁾	687.625	678.211	709.588	699.820
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014/2016 ⁽²⁾	321.832	316.479	419.582	412.534
IPVA - Terceiros ⁽³⁾	166.712	164.497	168.791	172.530
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	169.017	166.645	169.017	166.645
ISS VRG ⁽⁴⁾	-	-	149.815	143.476
IRPJ/CSLL sobre JCP: distribuição cumulativa exercícios anteriores ⁽⁵⁾	112.271	111.104	138.997	137.376
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	94.322	92.955	94.322	92.955
IRRF oriundo de remessas para o exterior: impossibilidade compensação ⁽⁶⁾	-	50.083	-	50.083
PIS/COFINS sobre desmutualização	18.660	22.227	43.344	46.725
ISS	21.905	22.325	42.078	42.384
INSS sobre PLR - Nassau Branch	42.908	42.040	42.908	42.040
IRPJ compensação indevida - Gratificações a diretores estatutários	30.750	30.186	30.750	30.186
IRPJ/CSLL - Exclusão indevida: ágio na aquisição títulos governos estrangeiros	25.435	24.912	25.435	24.912
INSS - Benefícios (VA/VR) ⁽⁷⁾	-	23.413	-	23.413
IRPJ - FINOR	7.752	7.659	11.532	11.403
Outras causas	130.912	129.004	145.621	142.574
Total	1.830.101	1.881.740	2.191.780	2.239.056

⁽¹⁾ Referem-se a autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) que versam sobre a cobrança de Contribuição Previdenciária calculada sobre os valores pagos pelas empresas a título de PLR supostamente em desacordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 10.101/2000.

⁽²⁾ Referem-se a autuações lavradas pela RFB alegando a dedução indevida de perdas em operações de créditos por supostamente não atenderem às exigências legais.

⁽³⁾ Referem-se a discussões sobre a responsabilidade pelo pagamento do IPVA de veículos financiados com alienação fiduciária em garantia somente nos casos em que o credor fiduciário realizar a garantia.

⁽⁴⁾ Referem-se a discussões sobre incidência de ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2014 a 2017.

⁽⁵⁾ Referem-se a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentro do limite legal de 50% do lucro apurado no exercício de distribuição.

⁽⁶⁾ Em 31 de março de 2022, foi reconhecida, em definitivo, a procedência da compensação, restando em discussão apenas os débitos relativos à multa isolada, os quais foram reclassificados para remoto, em razão do êxito obtido na ação principal.

⁽⁷⁾ Em 31 de março de 2022, o prognóstico foi alterado de possível para remoto, em razão do êxito obtido nos processos anteriores que tinham como origem o mesmo crédito.

g) Depósitos em garantia de recursos
Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Demandas fiscais	209.860	205.966	244.993	240.504
Demandas cíveis	148.670	146.728	162.032	160.249
Demandas trabalhistas	158.903	171.727	160.177	172.856
Total	517.433	524.421	567.202	573.609

h) Obrigações legais

O Consolidado mantém registrado na rubrica Outros passivos a obrigação legal no montante de R\$ 62.582 (R\$ 59.394 em 31 de dezembro de 2021) sendo no Banco registrado o montante de R\$ 54.899 (R\$ 52.325 em 31 de dezembro de 2021), cuja principal discussão recai em uma ação declaratória na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos, cujo montante provisionado no Banco é de R\$ 33.742 (R\$ 32.013 em 31 de dezembro de 2021).

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, dedução do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção.

i) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos clientes interessados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor).

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

1) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (gestão, *hedge* / seguros ou capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco social;
- Risco ambiental;
- Risco climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;
- Risco de *collateral*;
- Risco de tecnologia;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (*Asset Liability Management*), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas.
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um *dashboard* constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

O Conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, conforme Resolução CMN nº 4.557, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557, Circular nº 3.911 e Carta-Circular Bacen nº 3.907, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento "Relatório de gestão de riscos e capital", elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no site de Relações com Investidores em www.bancobv.com.br/ri. Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado.

a) Risco de crédito

(i) Definição

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

(ii) Garantias financeiras prestadas (*off balance*)

	Banco e Consolidado			
	31.03.2022		31.12.2021	
	Valores garantidos	Provisão	Valores garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.313.682	5.414	955.502	3.060
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	3.248.331	164.675	3.197.605	163.868
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	442.504	88	257.278	86
Outras fianças bancárias	1.685.211	31.441	2.312.293	34.458
Outras garantias financeiras prestadas	197.770	3	186.153	3
Total	6.887.498	201.621	6.908.831	201.475

b) Risco de mercado

(i) Definição

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

(ii) Análises de sensibilidade

O Conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no valor justo das carteiras do Conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 pontos base.

Carteira *trading*

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			31.03.2022		31.12.2021	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	488.501	4.220	(4.137)	106	(104)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	348.063	11.296	(11.072)	7.191	(7.049)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	31.445	273	(267)	(1.333)	1.306

Carteira *trading* e *banking*

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			31.03.2022		31.12.2021	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	9.766.793	(184.710)	181.053	(186.677)	182.980
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	2.879.173	31.016	(30.402)	48.703	(47.739)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	632.360	(7.987)	7.829	(9.578)	9.388
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	20.491	(64)	63	(48)	47

Análise de sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

• **Cenário 1** - Na construção desse cenário, as moedas sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento. O valor estressado do dólar americano (DOL-CL da BM&F), seria de R\$ 4,7532 (101% de R\$ 4,8007) (R\$ 5,5779 em 31 de dezembro de 2021). O índice BOVESPA chocado é de 121.199 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 31 de março de 2022 (105.871 pontos em 31 de dezembro de 2021). As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam ou reduzem em 0,10%.

• **Cenário 2** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento. A taxa pré, no dia 31 de março de 2022, para o prazo de um ano é 12,7117% (11,8056% em 31 de dezembro de 2021). Desse modo, toda a curva é chocada em 3,18% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado (2,95% em 31 de dezembro de 2021).

• **Cenário 3** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento.

Na análise feita para as operações classificadas na carteira *banking*, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no patrimônio líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações com acordo de recompra, e *banking*, apresentando os valores observados em cada data base:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Carteira trading

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	31.03.2022						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	488.501	Aumento	437	Redução	(14.344)	Redução	(29.375)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	348.063	Aumento	(432)	Aumento	(2.417)	Aumento	(4.671)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	1.518.175	Aumento	15.271	Redução	(369.343)	Redução	(736.627)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	31.445	Aumento	(35)	Aumento	(285)	Aumento	(316)
	31.12.2021						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	676.492	Aumento	52	Redução	(1.675)	Redução	(3.729)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	1.446.655	Aumento	(816)	Aumento	(1.945)	Aumento	(3.882)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	2.005.058	Aumento	19.969	Redução	(513.924)	Redução	(1.023.743)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	47.172	Aumento	(194)	Aumento	(2.198)	Aumento	(3.605)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	2.552	Aumento	21	Redução	(1.220)	Redução	(2.530)

Carteira trading e banking

Fator de risco / Conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	31.03.2022						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	9.766.793	Aumento	(17.602)	Aumento	(538.599)	Aumento	(1.035.364)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	2.879.173	Aumento	4.453	Redução	(28.616)	Redução	(57.933)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(84.113)	Aumento	(199)	Aumento	(18.933)	Aumento	(771)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	(10.047)	Aumento	(7)	Aumento	(107)	Aumento	(207)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	20.491	Aumento	205	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	632.360	Aumento	(823)	Aumento	(9.354)	Aumento	(16.746)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	36	Manutenção	-	Manutenção	-	Manutenção	-
	31.12.2021						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(2.305.895)	Aumento	(16.593)	Aumento	(472.276)	Aumento	(911.620)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	1.219.867	Aumento	6.250	Redução	(16.254)	Redução	(32.705)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(56.928)	Aumento	495	Redução	(29.560)	Redução	(57.266)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	(15.048)	Aumento	(6)	Aumento	(73)	Aumento	(142)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	20.929	Aumento	218	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	682.265	Aumento	(985)	Aumento	(11.895)	Aumento	(21.081)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	2.610	Aumento	21	Redução	(1.220)	Redução	(2.530)

(iii) Testes de estresse

O Conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Estes testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O programa de testes de estresse de risco de mercado do Conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes retrospectivos

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários é de 5 anos da data-base do cenário de estresse;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na Carteira Consolidada, em 31 de março de 2022 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, *commodities*, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 5,38 (R\$ 6,31 em 31 de dezembro de 2021); as *commodities* sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2022; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2021).

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4,24 (R\$ 4,97 em 31 de dezembro de 2021); as *commodities* sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2022; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2021).

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na carteira consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	31.03.2022		31.12.2021	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Ações	36	-	2.610	(1.797)
Moedas estrangeiras	(84.113)	(9.093)	(56.928)	(11.392)
Taxa de juros	13.288.770	(305.944)	(397.882)	(282.723)
Total	13.204.693	(315.037)	(452.200)	(295.912)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	31.03.2022		31.12.2021	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Ações	36	-	2.610	86
Moedas estrangeiras	(84.113)	9.444	(56.928)	10.040
Taxa de juros	13.288.770	247.184	(397.882)	223.992
Total	13.204.693	256.628	(452.200)	234.118

⁽¹⁾ Os testes de estresse otimista e pessimista para o grupo de ações é feito somente sob o índice BOVESPA.

(iv) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *Inputs* incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

Consolidado	31.03.2022				31.12.2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo								
Aplicações interfinanceiras de liquidez objeto de hedge (Nota 10f)	-	101.319	-	101.319	-	402.746	-	402.746
Títulos e valores mobiliários (Nota 9a)	11.262.488	7.399.738	836.909	19.499.135	14.592.676	6.796.323	712.763	22.101.762
Títulos para negociação	4.355.882	26.717	-	4.382.599	4.732.679	1.664.200	-	6.396.879
Títulos disponíveis para venda	6.906.606	7.373.021	836.909	15.116.536	9.859.997	5.132.123	712.763	15.704.883
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	99.204	5.064.135	-	5.163.339	21.357	3.692.400	-	3.713.757
Carteira de crédito objeto de hedge (Nota 10f)	-	17.873.698	-	17.873.698	-	16.744.958	-	16.744.958
Total	11.361.692	30.438.890	836.909	42.637.491	14.614.033	27.636.427	712.763	42.963.223
Passivo								
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (Nota 18c)	-	(488.361)	-	(488.361)	-	(582.751)	-	(582.751)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	(9.803)	(4.249.209)	-	(4.259.012)	(35.545)	(2.329.794)	-	(2.365.339)
Total	(9.803)	(4.737.570)	-	(4.747.373)	(35.545)	(2.912.545)	-	(2.948.090)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Conforme os níveis de informação na mensuração do valor justo, as seguintes técnicas de avaliação são aplicadas:

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são obtidos pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado.

Neste contexto, o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é incluído no nível 2.

Para o valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, não existem informações de precificação observáveis em mercado ativo. O Conglomerado usa critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

A qualidade e a aderência dos modelos utilizados são garantidas através de um processo estruturado de governança. As áreas responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócios. Os modelos utilizados são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados internamente na Comissão de Risco de Mercado.

(v) Movimentação do nível 3

Consolidado	Saldo em 31.12.2021	01.01 a 31.03.2022			Saldo em 31.03.2022
		Transferências entre níveis ⁽¹⁾	Adições / (liquidações)	Resultado / outras movimen- tações	
Ativo					
Títulos e valores mobiliários					
Títulos disponíveis para venda	712.763	(55.864)	277	179.733	836.909
Total	712.763	(55.864)	277	179.733	836.909

⁽¹⁾ Estes ativos foram reclassificados entre os níveis 2 e 3 devido a revisão periódica da hierarquia.

Consolidado	Saldo em 31.12.2020	Exercício/2021		Saldo em 31.12.2021
		Adições / (liquidações)	Resultado / outras movimen- tações	
Ativo				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos disponíveis para venda	575.439	64.121	73.203	712.763
Total	575.439	64.121	73.203	712.763

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados a custo corrigido

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

Consolidado	31.03.2022		31.12.2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos	70.517.003	69.798.841	68.048.099	67.367.302
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil (Nota 11b)	1.374.855	1.374.855	1.492.118	1.492.118
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 7 / 8a)	8.947.037	8.947.037	6.079.979	6.079.979
Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento (Nota 9a)	14.283.081	13.566.710	13.796.106	13.115.352
Carteira de crédito (Notas 12a / 30.1.b.iv)	42.876.029	42.874.238	44.333.258	44.333.215
Outros ativos financeiros (Nota 13a)	3.036.001	3.036.001	2.346.638	2.346.638
Passivos	(96.438.980)	(97.586.006)	(98.321.605)	(99.527.169)
Captações no mercado aberto (Notas 18c / 30.1.b.iv)	(17.655.172)	(17.599.093)	(16.237.842)	(16.102.470)
Depósitos (Nota 18a)	(21.876.996)	(22.567.696)	(24.046.720)	(24.650.396)
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 19)	(5.288.345)	(5.301.918)	(5.102.555)	(5.038.626)
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 20)	(39.968.411)	(40.250.304)	(38.273.281)	(38.797.695)
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 21)	(3.319.319)	(3.536.258)	(3.588.447)	(3.865.222)
Outros passivos financeiros (Nota 22a)	(8.330.737)	(8.330.737)	(11.072.760)	(11.072.760)
Total	(25.921.977)	(27.787.165)	(30.273.506)	(32.159.867)

Métricas utilizadas na determinação do valor justo dos principais instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo, por se tratarem de operações de curto prazo na sua maioria.

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “negociação” e “disponível para venda” são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Operações de crédito e arrendamento mercantil: As operações de crédito alocadas em programas de *Hedge Accounting*, do tipo *hedge* de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as operações de arrendamento mercantil, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes e para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Depósitos: Para as operações de depósitos à prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos a vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

Obrigações por empréstimos e repasses: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo.

Captações no mercado aberto: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Recursos de aceites e emissão de títulos: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívidas elegíveis a capital: Para as operações deste grupo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

c) Risco de liquidez**(i) Definição**

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de o Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional**(i) Definição**

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

e) Risco social, ambiental e climático

O Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional publicaram, em setembro de 2021, uma série de ações normativas com enfoque prudencial para aprimorar as regras de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático (RSAC).

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.943 (vigência a partir de Jul/22 para instituição enquadrada no S2, que é o caso do banco BV) redefine o risco social, ambiental e introduz o conceito de risco climático. O risco social está relacionado a práticas de violação de direitos e garantias fundamentais ou de interesses comuns. O risco ambiental está associado a atos de degradação do meio ambiente. O risco climático está dividido em: (i) risco de transição, relacionado ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, e (ii) risco físico, relativo à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

Atualmente a gestão do risco social, ambiental e climático do Conglomerado é norteada pela Política Corporativa de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PSRSA). Esta política atende às disposições da Resolução CMN nº 4.327/2014, que fica vigente até dez/22, e a autorregulação Febraban SARB nº 14, orientando o comportamento das empresas do Conglomerado Econômico Financeiro Votorantim no que tange práticas sociais, ambientais e climáticas de negócios e relacionamentos com as partes interessadas.

Demonstrando a importância do tema para a Instituição, o apetite de riscos (RAS) do banco BV contempla uma dimensão exclusiva sobre risco social e ambiental, sendo que o indicador é monitorado mensalmente e reportado para o Comitê de Controles e Riscos (CCR), Comitê de Riscos e Capital (CRC) e Conselho de Administração (CA).

A estrutura de gerenciamento de risco social, ambiental e climático do banco BV é responsável por identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar esses riscos associado às atividades e operações da Instituição, tendo em vista os princípios de relevância e proporcionalidade da Resolução CMN nº 4.327/2014.

A gestão de risco social, ambiental e climático observa a legislação ambiental aplicável, bem como avalia os aspectos socioambientais com os quais o cliente ou fornecedor esteja envolvido, a fim de subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias e homologação de fornecedores.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático durante a concessão de crédito é realizado por meio de metodologias de análise que determinam o *Rating* ESG, incluso no processo de atribuição do *Rating* de Crédito.

Em linha com a PSRSA do Conglomerado, o banco BV tornou-se signatário dos Princípios do Equador (PE) no ano de 2016. O PE é iniciativa global que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, e gestão de riscos ambientais e sociais em *project finance* (em operações acima de US\$ 10 milhões) e financiamentos corporativos destinados a projetos. Estas diretrizes ainda estipulam um padrão mínimo para a realização da devida diligência durante a implantação destes empreendimentos e auxiliam a tomada de decisão de crédito.

2) Processo de gestão de capital

A gestão do capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557, e Circular nº 3.846 do Bacen, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

(i) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 define os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (ii) ativos intangíveis;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) Investimentos em a) entidade assemelhada a instituição financeira não consolidada, sociedade seguradora, resseguradora, sociedade de capitalização e entidade aberta de previdência complementar; e b) instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em instituição situada no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil, que não componha o Conglomerado;
- (v) participação de não controladores no capital de a) subsidiária que seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil;
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O Conglomerado considera os efeitos da aplicação do § 10 do Art.5º da Resolução CMN nº 4.955/2021, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior, no seguinte cronograma: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento), até 30 de junho de 2022; e II - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2022.
- (viii) Participação de não controladores no capital de: a) subsidiária no país que não seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que não exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil;
- (ix) entre outros.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 entrou em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022 e revogou a Resolução CMN 4.192/2013. Não houve impactos relevantes na apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial com esta alteração normativa.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.950/2021 e revogou a Resolução CMN nº 4.280/2013. Não houve impactos relevantes na apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial com esta alteração normativa.

(ii) Suficiência de capital (visão regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	31.03.2022	31.12.2021
PR – Patrimônio de Referência	12.081.020	12.209.489
Nível I	11.310.211	11.419.468
Capital complementar	1.463.559	1.683.059
Capital principal	9.846.652	9.736.409
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	14.035.878	11.390.169
Ajustes prudenciais ⁽²⁾	(4.189.226)	(1.653.760)
Outros	(4.187.249)	(1.652.121)
Ajustes ao valor justo	(1.977)	(1.639)
Nível II	770.810	790.021
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	770.810	790.021
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021 ⁽³⁾	770.810	790.021
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	75.517.188	77.154.848
Risco de crédito (RWACPAD)	67.967.142	69.307.571
Risco de mercado (RWAMPAD)	602.258	909.356
Risco operacional (RWAOPAD)	6.947.788	6.937.921
Patrimônio de referência mínimo requerido ⁽⁴⁾	6.041.375	6.172.388
Capital principal mínimo requerido ⁽⁵⁾	3.398.273	3.471.968
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido ⁽⁶⁾	4.531.031	4.629.291
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	324.772	310.146
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	6.039.645	6.037.101
Margem sobre o capital mínimo requerido	6.448.379	6.264.441
Margem sobre o patrimônio de referência nível I mínimo requerido	6.779.179	6.790.178
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido incluído RBN e ACP ⁽⁷⁾	4.204.529	4.183.859
Índice de capital principal (CP / RWA)	13,04%	12,62%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	14,98%	14,80%
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,00%	15,82%
Razão de Alavancagem	7,75%	8,02%

⁽¹⁾ Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.955/2021, os valores relativos aos ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a valor justo registrados contabilmente não compõe a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

⁽²⁾ Consideram os efeitos da aplicação do § 10 do Art.5º da Resolução CMN nº 4.955/2021, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior no seguinte cronograma: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento), até 30 de junho de 2022; e II - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2022.

⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.955/2021 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

⁽⁴⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% do RWA.

⁽⁵⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁶⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽⁷⁾ Adicional de Capital Principal (ACP) que corresponde ao Adicional de Conservação e Adicional Contracíclico.

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital principal:

	31.03.2022	31.12.2021
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(190.134)	(101.827)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(762.808)	(647.617)
Ajuste prudencial VII - Créditos tributários de diferença temporária	(139.699)	(169.013)
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(836.318)	(733.664)
Ajuste Prudencial XIV – Participação de não controladores em subsidiárias não autorizadas pelo BCB ⁽¹⁾	(2.258.290)	-
Ajuste prudencial XV – Diferença a menor – Ajustes da Resolução CMN 4.277/13	(1.977)	(1.639)
Total	(4.189.226)	(1.653.760)

⁽¹⁾ A partir de 2022, a posição das cotas de fundos de investimentos controlados detidas por terceiros passaram a ser apresentadas como componente do patrimônio líquido (Nota 3c).

Índice de imobilização

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial totalizou 19,88% (18,19% em 31 de dezembro de 2021), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.957/2021 que passou a vigorar a partir de 03 de janeiro de 2022. Não houve impactos relevantes na apuração do índice de imobilização do Conglomerado Prudencial com essa alteração normativa.

	31.03.2022	31.12.2021
Limite para imobilização	6.040.510	6.104.745
Valor da situação para o limite de imobilização	2.401.342	2.220.489
Valor da margem ou insuficiência	3.639.168	3.884.256

Em atendimento a Resolução BCB nº 54/2020, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br/ri.

31. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG

a) Governança e regulação

Em maio de 2021, o banco lançou seus compromissos ESG de longo prazo, até 2030, chamado de “Pacto por um futuro mais leve”, que define 5 metas públicas que vão direcionar as ações do Conglomerado, divididas em 3 pilares: mudanças climáticas, negócios sustentáveis e diversidade. Além disso, o banco inseriu metas de sustentabilidade na remuneração variável dos executivos e no planejamento estratégico, conforme descrito na nota explicativa 28. O Comitê Executivo (ComEx) do banco BV tem por atribuição o acompanhamento geral e deliberação dos temas relacionados a ESG.

No contexto da dimensão Sustentabilidade da Agenda BC#, o Banco Central do Brasil (Bacen), utilizando como referência as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), força-tarefa criada em 2015 pelo Comitê de Estabilidade Financeira (FSB), publicou em setembro de 2021: Resolução BCB nº 139 e Instrução Normativa BCB nº 153 as quais dispõem sobre o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) e entram em vigor em dezembro de 2022 e a Resolução CMN nº 4.945 a qual dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), e entra em vigor em julho de 2022 para instituição enquadrada no S2, que é o caso do banco BV.

As diretrizes e definições de gerenciamento de risco socioambiental estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.327/2014 serão substituídas pela Resolução CMN nº 4.943/2021 que altera a Resolução CMN 4.557/2017, para a inclusão de seção específica com definições e requisitos para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático aplicáveis às Instituições Financeiras, entrando em vigor em julho de 2022 para instituição enquadrada no S2, que é o caso do banco BV. Informações adicionais sobre o risco social, ambiental e climático e sua gestão pelo Conglomerado estão descritas na nota explicativa 30.1.e.

b) Meio ambiente

O banco BV é um dos principais bancos financiadores de placas fotovoltaicas para energia solar de uso residencial e em 31 de março de 2022 essa carteira é de R\$ 3.084.497 (R\$ 2.513.353 em 31 de dezembro de 2021).

Em março de 2020, o banco BV realizou a primeira emissão de título verde (*green bond*) no montante de R\$ 255.535 registrado na rubrica de Recursos de aceites e emissão de títulos, que foram destinados a ativos ou projetos relacionados à geração de energia renovável, como financiamento de painéis solares e desenvolvimento de parques eólicos. A emissão inaugural do banco obteve a certificação internacional do *Climate Bonds Standard*, que é coordenado pela *Climate Bonds Initiative* (CBI). A CBI é uma organização sem fins lucrativos focada na promoção de investimentos em grande escala na economia de baixo carbono. É a única organização no mundo que possui *Climate Bonds Standard* e Critérios Setoriais para certificar as emissões como verde. Os materiais referentes à emissão como *Green Bond Framework*, Parecer de Segunda Opinião, Relatório Anual, e *Post-issuance Verification* podem ser consultados em www.bancobv.com.br.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o banco BV realizou novas emissões de títulos verdes (letras financeiras) no montante de R\$ 759.050, registrado na rubrica de Recursos de aceites e emissão de títulos.

	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						31.03.2022	31.12.2021
Obrigações por TVM no exterior						240.329	280.739
Com variação cambial	USD	50.000	3,35% a.a. + variação cambial	2020	2024	240.329	280.739
Letras financeiras						837.961	801.992
Pós-fixado	R\$	293.150	de 1,23% a 1,37% a.a. + DI	2021	2024	312.514	302.919
Pós-fixado	R\$	465.900	de 5,26% a 5,84% a.a. + IPCA	2021	2027	525.447	499.073
Total						1.078.290	1.082.731

Em novembro de 2020, o banco BV anunciou um compromisso público de compensar a totalidade das emissões de CO₂ dos automóveis que financiar a partir de 2021. No trimestre findo em 31 de março de 2022, o banco BV reconheceu no resultado (em Outras despesas operacionais) a provisão de despesas de CO₂, em contrapartida ao passivo correspondente, registrado em Outros passivos - Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV. O banco adquiriu créditos de carbono, representando o total de 5,359 milhões toneladas de CO₂, registrado na rubrica de Ativos intangíveis e seu consumo (amortização) é realizado com base no volume de CO₂ produzidos pelos veículos financiados, registrado na rubrica de Outras despesas administrativas - Amortização. As práticas contábeis adotadas pela Instituição para o reconhecimento e mensuração dos créditos de carbono que são adquiridos e do passivo correspondente ao compromisso de compensação da emissão de carbono estão descritas nas notas explicativas 4I e 4r, respectivamente.

No quadro a seguir, são demonstrados os efeitos contábeis do registro patrimonial e resultado:

	Banco e Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021
Ativo	21.827	23.187
Ativos intangíveis (Nota 17a)	21.827	23.187
Créditos de carbono - Valor de custo	27.573	27.573
Créditos de carbono - Amortização acumulada	(5.746)	(4.386)
Passivo		
Outros passivos (Nota 22a)	488	428
Compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	488	428
	01.01 a	01.01 a
	31.03.2022	31.03.2021
Resultado		
Outras despesas administrativas (Nota 23d)	(1.360)	-
Amortização	(1.360)	-
Outras despesas operacionais (Nota 23f)	(60)	(357)
Provisão despesas de compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	(60)	(357)
Total de despesas reconhecidas no resultado	(1.420)	(357)

Desde 2020, o Banco faz a compensação das suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o que se tornou um compromisso público em 2021. O compromisso é a compensação anual de 100% das emissões de GEE diretas.

c) Social

Diante da pandemia causada pela COVID-19, o banco BV apoiou às famílias em situação de vulnerabilidade e contribuiu com a melhoria da infraestrutura hospitalar, cuja gestão conta com o suporte da Fundação Banco do Brasil e do Instituto Votorantim. O banco BV também apoia diversos projetos sociais incentivados.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do Bacen. Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Informações de agência no exterior

	31.03.2022	31.12.2021
Ativo circulante e não circulante	6.909.508	7.979.096
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	6.909.508	7.979.096
Total do ativo	6.909.508	7.979.096
Passivo circulante e não circulante	(5.382.647)	(6.185.903)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(5.382.647)	(6.185.903)
Patrimônio líquido	(1.526.861)	(1.793.193)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch ⁽¹⁾	(1.526.861)	(1.793.193)
Total do passivo	(6.909.508)	(7.979.096)
	01.01 a	01.01 a
	31.03.2022	31.03.2021
Lucro	47.845	67.057
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch ⁽¹⁾	47.845	67.057

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

c) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes

Riscos cobertos	31.03.2022		31.12.2021	
	Valores cobertos	Valor do prêmio	Valores cobertos	Valor do prêmio
Banco				
Seguro garantia – Fiança para processos judiciais	1.198.354	7.610	1.196.449	7.676
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	117.000	28	117.000	28
Seguro cibernético	100.000	2.318	100.000	2.318
Consolidado				
Seguro garantia – Fiança para processos judiciais	1.370.711	8.876	1.374.444	8.411
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	122.700	31	122.700	31
Seguro cibernético	100.000	2.318	100.000	2.318

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN n° 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

e) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	
Saldo em 31.12.2021	93.651	3.494.796	595.000	8.130.372	3.327.752	15.641.571
Variações com efeito de caixa	-	(103.661)	-	-	-	(103.661)
Liquidação	-	(108.988)	-	-	-	(108.988)
Impostos e taxas	-	5.327	-	-	-	5.327
Variações sem efeito de caixa	2.725	(168.192)	144.067	-	-	(21.400)
Despesas com juros	2.725	84.618	-	-	-	87.343
Variação cambial	-	(252.810)	-	-	-	(252.810)
Juros sobre capital próprio a pagar ⁽²⁾	-	-	144.067	-	-	144.067
Saldo em 31.03.2022	96.376	3.222.943	739.067	8.130.372	3.327.752	15.516.510

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	
Saldo em 31.12.2020	193.543	3.499.583	72.709	8.130.372	2.466.444	14.362.651
Variações com efeito de caixa	(27.614)	(215.473)	(44.200)	-	-	(287.287)
Juros sobre capital próprio pagos ⁽²⁾	-	-	(44.200)	-	-	(44.200)
Liquidação	(27.684)	(344.218)	-	-	-	(371.902)
Transferências	(121.995)	121.995	-	-	-	-
Recursos provenientes de novas captações	122.065	-	-	-	-	122.065
Impostos e taxas	-	6.750	-	-	-	6.750
Variações sem efeito de caixa	1.581	221.394	-	-	-	222.975
Despesas com juros	1.581	71.214	-	-	-	72.795
Variação cambial	-	150.180	-	-	-	150.180
Saldo em 31.03.2021	167.510	3.505.504	28.509	8.130.372	2.466.444	14.298.339

⁽¹⁾ Refere-se ao saldo de reservas de capital e de lucros do Banco Votorantim. Não inclui o lucro do período registrado em lucros acumulados.

⁽²⁾ Valor líquido de impostos.

f) Administração e gestão de recursos de terceiros

Posição dos fundos de investimentos que estão sob gestão e/ou são administrados pela BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ⁽¹⁾:

	Quantidade de fundos/carteiras		Saldo	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos e carteiras administradas	201	210	49.067.984	52.340.574

⁽¹⁾ Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social da Votorantim Asset DTVM para BV DTVM.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Pagamento de juros sobre capital próprio

Em 13 de abril de 2022, ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante líquido de R\$ 245.000, em relação aos resultados apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Cessões sem coobrigação

No decorrer do mês de abril de 2022, o banco BV realizou cessões de crédito sem coobrigação com retenção substancial de riscos e benefícios com controlada no montante de R\$ 1.881.495.

c) Aumento de capital

Em 29 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de Capital social do Banco Votorantim S.A. no montante de R\$ 350.000, através da recapitalização dos juros sobre o capital próprio a pagar apurados com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Capital Social passa de R\$ 8.130.372 para R\$ 8.480.372, mediante a emissão de 95.539.646 novas ações, sendo 61.718.611 ações ordinárias e 33.821.035 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,663400624 por ação.

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3
